FREDERICO MECO MILONGA RAFAEL
CARLOS PEDRO CLÁVER YOBA
MANUEL FIDEL SONHI MANASSA

REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

O Papel do Investimento Privado em Angola

EDITORA

REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

O Papel do Investimento Privado em Angola

REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

O Papel do Investimento Privado em Angola

FREDERICO MECO MILONGA RAFAEL
CARLOS PEDRO CLÁVER YOBA
MANUEL FIDEL SONHI MANASSA

BOA VISTA/RR
2023

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ra1 RAFAEL, Frederico Meco Milonga; YOBA, Carlos Pedro Cláver; MANASSA, Manuel Fidel Sonhi

Redução da Desigualdade Social: O Papel do Investimento Privado em Angola. Boa Vista: Editora IOLE, 2023, 149 p.

Série: Economia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-13-7
https://doi.org/10.5281/zenodo.7674941

1 - Angola. 2 - Desenvolvimento. 3 - Desigualdade Social. 4 - Investimento. 5 - Sustentabilidade. I - Título. II - Rafael, Frederico Meco Milonga. III - Economia. IV - Série

CDD–330

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade do autor



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 11

CAPÍTULO 1 |
A Natureza do Objeto da Pesquisa 19

CAPÍTULO 2 |
Metodologia 47

CAPÍTULO 3 |
Redução da Incidência da Desigualdade Social
como Solução para o Desenvolvimento Sustentável da Lunda Sul 55

CAPÍTULO 4 |
Propostas de Fomento do Investimento Privado e Inclusão Social 123

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 131

REFERÊNCIAS | 135

SOBRE OS AUTORES | 141

A todos os que estão e estiveram
na construção da análise proposta
neste livro, debatendo os assuntos,
partilhando bibliografias, lendo os
escritos com disponibilidade para
aconselharem no seu
aprimoramento. A todos,
'Muito Obrigado'!

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A constante preocupação com a geração de riquezas, vem sobrepondo-se ao desenvolvimento de facto. Um aumento no desenvolvimento deve ser acompanhado de uma queda na concentração de renda da população.

Entretanto, nem sempre ocorre desta maneira. Um aumento na geração de riquezas pode promover um aumento do desenvolvimento, porém, não necessariamente significará uma redução da desigualdade social.

Assim, é com base no fomento do investimento privado como estratégia para redução da desigualdade social da Lunda Sul que apresentamos a presente pesquisa. Vemos um crescente número de mortes de crianças em tenra idade, uma população totalmente desfavorecida vivendo em situação de extrema pobreza, um acentuado número de desemprego, etc.

Todo este cenário demonstra a causa de grandes incidências no desenvolvimento socioeconómico da província da Lunda-Sul. É notório o quadro de desigualdade social existente em Angola.

Neste contexto, observa-se um quadro que evidencia a participação de organizações da sociedade civil, de modo a suprir esta desigualdade social, especificamente a atuação de várias Organizações não-governamentais (ONGs).

Impõe-se a necessidade da abordagem deste tema, pois as estruturas de muitos Governos não conseguem cobrir a demanda de certos fenómenos sociais e, dando ênfase a países que vivenciaram um longo período de guerra civil. Logo, a construção da sociedade é um fator emergente.

Problemática da pesquisa

A debilitada distribuição de rendas (concentração de poderes), a débil administração de recursos públicos, falta de investimento nas áreas sociais, como em cultura, assistência a populações mais carentes, saúde, educação; falta de oportunidades de trabalho, o aumento das desigualdades na população.

Segundo o relatório do INE, (2019) sobre o inquérito de despesas e receitas (IDR) 2018/2019 e o inquérito de despesas, receitas e emprego (IDREA) 2018/2019 o coeficiente de Gini mostra acentuado número de desigualdade de renda na província da Lunda-Sul, uma diferença enorme entre as 20% da população mais pobre e 20% da população mais rica.

Maior parte das famílias vivendo onde a renda é pior distribuída, crescente número de mortes infantis, população vivendo em situação de extrema pobreza, as taxas altas de desemprego conformem o relatório INE (2016) os resultados definitivos do recenseamento geral da população e de habitação de Angola 2014 a taxa de desemprego na Lunda Sul é de 43%.

Diante do contexto exposto, este trabalho pretende resolver o seguinte problema científico: como contribuir na redução da incidência da desigualdade social na província da Lunda-Sul?

Hipóteses da pesquisa

A hipótese é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema. Se se implementar estratégias de fomento do investimento privado e inclusão social então teremos redução da desigualdade social.

Objeto de Estudo

Analisar o contributo do fomento do investimento privado na redução da desigualdade social em Angola no geral e na província da Lunda Sul em particular.

Campo de Ação

Redução da incidência da desigualdade social na Lunda Sul

Justificativa da escolha do tema

A motivação da escolha do tema, reside na sua importância, atendendo que o mesmo tem nos dias de hoje, ou seja, no facto da província da Lunda-Sul possuir acentuado número de desigualdade social e pobreza. Como consequência disso, verificamos um lento desenvolvimento. A pesquisa justifica-se, por mostrar a relevância na redução da desigualdade social como uma das soluções para que se obtenha o desenvolvimento sustentável na Lunda-Sul. Precisamos estar atentos para que estejamos alinhados aos objetivos do desenvolvimento sustentável 2030 onde o 10º objetivo trata da redução das desigualdades. E é necessário que se dê maior atenção a esta temática.

Objetivo Geral

O principal objetivo deste trabalho é de elaborar propostas de ações que visam o fomento do investimento privado e inclusão social na Lunda Sul.

Objetivos Específicos

- Diagnosticar o estado atual da incidência de desigualdade social na Lunda Sul.
- Analisar as causas da prevalência da desigualdade social.
- Desenhar medidas/possíveis soluções para a redução da desigualdade social.

População

A população na investigação é um conjunto completo de elementos que possuem um parâmetro comum. A população da presente pesquisa e o conjunto de 65 especialistas selecionados.

Amostras

Uma amostra é sempre um grupo menor ou um subconjunto dentro de uma população. Para a presente pesquisa, de acordo a metodologia usada, fez-se dois levantamentos de amostras: A primeira rodada foi entregue 65 inquéritos e das respostas obtidas foram selecionadas 30. Na segunda rodada foram entregues 30 inquéritos, e das respostas obtidas foram selecionadas 10.

Estrutura do livro

Esta obra está composta por uma Introdução, quatro capítulos, uma conclusão e sugestões. O primeiro capítulo é constituído pela fundamentação teórica, o segundo capítulo trata da

metodologia, o terceiro capítulo trata da caracterização de Angola ciclo de programa de governação, medição das incidências e sistema de planeamento Angolano, caracterização da Lunda Sul, apresentação dos resultados analise *SWOT* e quarto capítulo trata da apresentação de propostas de fomento do investimento privado e inclusão social, conclusão e recomendação.

Resultados Esperados

Espera-se com esta pesquisa, primeiramente suprir a lacuna de estudos académicos científicos sobre redução das desigualdades em Angola e particularmente na Lunda Sul, iniciar uma tradição de estudos sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável, que tanto pode ser uma especialidade na área económica, ambiental e também na área social. Também se espera que a implementação das propostas traga melhorias de condições de vida a população angolana.

CAPÍTULO 1

A Natureza do Objeto da Pesquisa

A NATUREZA DO OBJETO DA PESQUISA

Este capítulo ajuda a compreender os conceitos da desigualdade social, investimento privado, desenvolvimento sustentável assim como a relação existente entre ambos.

Desigualdade Social

A desigualdade social é um fenómeno em que podemos verificar quando existe diferença sobretudo económica bastante acentuada entre pessoas de uma mesma sociedade, colocando alguns indivíduos em condições estruturalmente mais vantajosas do que outros.

Ela manifesta-se em todos os aspectos: na cultura, nas atividades quotidianas, na política, no espaço geográfico e em muitos outros. Mas, é no plano económico que a sua face é mais conhecida. Com efeito, boa parte da população não dispõe de renda suficiente para gozar de mínimas condições de vida.

Inúmeros dados e estudos apontam para uma desigualdade social e económica crescente em todo o mundo. Dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) revelam que 1% dos mais ricos detêm 40% dos bens globais.

Um relatório da *ONG Oxfam* demonstra também que 85 pessoas mais ricas do mundo possuem uma renda equivalente às 3,5 bilhões de pessoas mais pobres. Diante desse panorama, que gera inúmeros excluídos e miseráveis em todo o mundo, surge a questão: o que causa a desigualdade social?

A grande questão é que, desde as construções das civilizações durante o período neolítico, quando as sociedades passaram a viver

dos excedentes que produziam, as diferenças sociais começaram a surgir. O problema, nesse caso, é a intensificação da pobreza por falta de equidade nas condições oferecidas para que os diferentes indivíduos possam produzir suas próprias condições de sobrevivência.

O filósofo *Jean-Jacques Rosseau* (1754) afirmava que a desigualdade é um fenómeno que tende sempre a se intensificar no contexto social. As famílias mais pobres possuem um menor acesso à instrução e às informações necessárias para alavancar um desenvolvimento próprio, enquanto os grupos dos mais ricos possuem um maior nível estrutural para investirem e multiplicarem sua renda e os largos benefícios advindos dela. Para Rosseau, o que causa a desigualdade é exatamente a divisão social do trabalho, com a criação da propriedade e dos bens particulares e não distribuíveis.

Para o filósofo, sociólogo e economista *Karl Marx* (1848) a sociedade começa a partir da luta de classes e a desigualdade manifesta-se a partir dos desequilíbrios entre a burguesia e os trabalhadores. Com certeza, a primeira era a detentora dos meios de produção, controlando e retendo a maior parte dos lucros sobre os bens produzidos a partir do trabalho coletivo. Essa lógica, perpetuada pela mais-valia, concentrava a renda e marginalizava os cidadãos, além de criar o exército de reserva de desempregados, que garantia uma concorrência entre os próprios trabalhadores, privando-os de sua emancipação.

O intelectual Jurista e economista *Max Weber* no século XIX, por sua vez, observou essa questão a partir das estratificações sociais. As três grandes estratificações ocorrem no campo da economia, do *status* e do poder, proporcionando uma diferenciação no acesso à renda, ao prestígio e ao controle social. Essa acontece por meio da diferenciação entre habilidades, qualificações e interesses.

As desigualdades, seja ela intelectual, económica ou sob qualquer outra forma, materializa-se no espaço social, ela torna-se visível na composição estrutural das sociedades, sejam elas rurais ou urbanas. As cidades e os lugares expressam a diferenciação económica entre as pessoas, o que é resultante, muitas vezes, de questões históricas que submetem cidadãos e até grupos étnicos a contextos de subalternidade.

O espaço geográfico, por definição, expressa e é expressado por essas configurações. Muitas sociedades são conhecidas por serem a própria visão da desigualdade social, com destaque para muitos países africanos e outros centros periféricos do mundo. Mas não é somente aí que reside a miséria e a pobreza do mundo. Ora, também se apresentam nas periferias de grandes cidades, até mesmo em metrópoles mundiais, tais como Paris, Nova York, Tóquio e Londres. Portanto, lutar contra a desigualdade é uma forma de manter a sociedade mais humana e justa perante os indivíduos.

As sociedades contemporâneas têm obtido grandes êxitos nos mais diversos sectores com ênfase nas áreas tecnológicas e científicas. Porém, ainda observamos que as sociedades continuam com problemas aparentemente sem solução. Embora parte deles tenham tendência em diminuir, estão muito distantes os dias de sua total extinção. Falamos propriamente da desigualdade social que continua acentuada.

Vários têm sido os autores das ciências sociais e económicas que se debruçam sobre a questão das desigualdades, um deles é *Milanovic* (2012), quando afirma que o "mundo é um lugar muito desigual", mas que também é desigual de uma maneira particular, sendo que a maioria da sua desigualdade vem de uma grande diferença entre os rendimentos médios nacionais.

A desigualdade fundamenta-se quando um determinado grupo partilha determinadas características como formas de

governação, credo religioso, fontes históricas e língua. Com o Renascimento e Iluminismo observamos uma nova forma de ver a dignidade dos homens. A Revolução Industrial fez emergir uma nova subclasse urbana que trouxe hábitos e costumes no seio da própria sociedade e isto fez com que se arranjasse novas formas de justificação das desigualdades.

Toda e qualquer sociedade que investir em educação terá como resultado o crescimento em todas as esferas, quer económica, social e política. Isto porque terá recursos capazes de desenvolver e contribuir para produzir riqueza e esta riqueza gerará melhoria das condições de vida da sociedade, tais como: alimentação, educação, saúde, emprego, infraestruturas sociais, saneamento básico, eletricidade e a indústria.

Tipos das Desigualdades

As desigualdades por sua vez apresentam-se de formas ou tipos diferentes sendo que a divisão proposta por *Milanovic* (2012), destaca três tipos de desigualdade: o primeiro tipo é o de desigualdade entre indivíduos de uma única comunidade que é o tipo de desigualdade de uma nação; o segundo é o de desigualdade de rendimentos entre países e nações. Aqui podemos observar que é aquele tipo de desigualdade perceptível no acesso à informação.

Ao viajarmos pelo mundo, podemos ver que em determinado lugar as pessoas são ricas em outros lugares pobres; o terceiro é o de desigualdade global este tipo de desigualdade resulta da junção dos dois tipos de desigualdades apresentados acima desigualdade entre cidadãos de um país e a desigualdade entre países, importante referir que aqui a globalização desempenha um papel chave porque ela facilita a comparação destas diferentes qualidades.

Por sua vez, Costa (2012), afirma que existem três grandes conjuntos de desigualdades no mundo que são: o primeiro conjunto é o de desigualdades vitais que tem a ver com vida e a morte, por sua vez converte-se em indicadores como esperança média de vida, taxa de natalidade, taxa de mortalidade. Têm como finalidade, comparar as desigualdades entre as populações mundiais, bem como a medição dos mesmos fenómenos ao longo dos tempos e o impacto que isso tem sobre as economias. Ajuda a identificar a prevalência de certas doenças para as ajudar a prevenir e enfrentar através de uma planificação e a busca de recursos de saúde para o combate dos mesmos.

Já o segundo conjunto refere-se às desigualdades existenciais e tem a ver com a falta de reconhecimento ou o reconhecimento injusto dos indivíduos. Aqui estamos a falar da desigualdade de liberdade, direitos, reconhecimento e respeito de que os indivíduos e grupos podem usufruir em sociedade. Podemos neste grupo refletir sobre os indicadores como a descriminação, liberdade de expressão, estereótipos e humilhações. Por fim temos o terceiro conjunto que se refere às desigualdades de recursos, geralmente são as mais frequentes comparando com as anteriores, analisadas pela sociologia e outras ciências.

De forma direta elas tratam dos seguintes aspectos: desigualdade de rendimento, riqueza, escolaridade, qualificação profissional, competências cognitivas, culturais, hierarquia nas organizações e acesso a redes sociais. Podemos observar que todos os tipos de desigualdades de uma ou de outra maneira interligam-se por serem interdependentes. Para analisarmos a desigualdade, Rodrigues (2014), propõe que façamos uma avaliação sobre o rendimento das famílias que são consideradas como intermediárias para os recursos de que dispõem e para as condições de vida que podem auferir. As famílias têm rendimentos necessários para viver

sempre que conseguirem adquirir aquilo que lhes é necessário, isto é, de forma monetária e não monetária.

Segundo *Stiglitz* (2013), a desigualdade depende da distribuição de capital financeiro e humano. Podemos observar que o capital financeiro no ideal de distribuição por pessoa ajudaria a diminuir as desigualdades, porém não é possível fazê-lo, senão estaríamos a criar a ideia de igualdade, o que não é possível devido à lógica de que cada um deve usufruir do que semeou. Seria bom que os governos facilitassem ou criassem políticas de acesso ao trabalho digno para gerar produção isso facilitaria a distribuição equitativa no seio das sociedades.

Angola é um país que se encontra numa conjectura política de pós conflito. Por conseguinte, vive numa escala de destruição do seu tecido social e económico. As dimensões desta destruição diferem de acordo com a natureza do conflito, da sua duração e da sua abrangência. Vivemos as consequências disso. Na verdade, a prevalência da desigualdade em países como o nosso é transversal a toda a sociedade. Logo, a redução da mesma é uma prioridade nacional e uma condição *sine qua non* para a manutenção da paz. Contudo, vemos que as instituições políticas e administrativas são frágeis e os instrumentos de planeamento são débeis.

A necessidade de assegurar a paz pressiona a classe dirigente a partilhar o limitado leque de dividendos políticos e económicos, o que aumenta a desigualdade social (ADISSON *et al.*, 2015). Independentemente das possíveis diferenças na escala de impacto social e económico de país para país, existem aspectos que são comuns a todos que saem de uma guerra civil longa. Aspectos como: deslocados, desmobilizados, refugiados, pessoas diminuídas físicas e psicologicamente, destruição dos meios de subsistência, destruição do tecido produtivo, e das infraestruturas, etc.

Os recursos são limitados e escassos, as privações socioeconómicas são semelhantes, assim como a pobreza extrema, a vulnerabilidade social, a exclusão e a desigualdade social. Enfim, e o pior cenário a imaginar é o facto da abordagem governamental para redução da desigualdade social não ser consensual.

Coeficiente de Gini

Em 1912, Gini (1912) desenvolveu um indicador com a designação de Coeficiente de Gini, usado para medir a desigualdade social. Este coeficiente permite-nos medir a distância entre os estratos com maior e menor rendimento numa determinada sociedade. Os valores que o coeficiente assume situam-se entre 0 e 1, em que o primeiro representa a igualdade de distribuição absoluta e o segundo a completa desigualdade social na distribuição de rendimentos.

Citando a definição do Observatório das Desigualdades (2010), a desigualdade de rendimento é definida como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos (5.º quintil) e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos (1.º quintil). Outrossim o coeficiente de *Gini* é também utilizado em várias áreas de estudo, permitindo calcular as desigualdades na educação, saúde, saneamento e oportunidades, entre outras.

Investimento Privado

Investimento é um conceito originário do campo da Economia e que tem uma grande importância para as organizações

Júnior (2006). O Investimento, em seu sentido económico, significa utilizar recursos disponíveis, no tempo presente, para criar mais recursos no futuro. Os tipos de Investimentos. Os investimentos podem ser de diversos tipos, mas, basicamente dividem-se em três grandes categorias, quando definidas em relação a sua origem. Dessa forma, temos os seguintes tipos básicos de investimentos:

Investimentos privados: são recursos disponibilizados por pessoas jurídicas e físicas de direito privado, a fim de gerar retorno monetários aos investidores. Esses investimentos são os maiores geradores de empregos e tributos de qualquer país capitalista. Alguns exemplos de investimento privado são fabricas particulares, empresas de prestação de serviço particulares, *shopping centers*, dentre outros, Júnior (2006).

Investimentos públicos: são recursos disponibilizados pelos governos ou entidades públicas a fim de gerar bem-estar social. Os investimentos públicos em geral não têm por objetivos gerar retornos monetários, mas sim retornos sociais. Alguns exemplos de investimentos públicos são hospitais, escolas, rede de saneamento básico, pavimentações de ruas, dentre outros.

De acordo ao autor acima citado investimentos mistos: são recursos disponibilizados em parte pelos governos ou entidades públicas e em parte por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Esse tipo de investimento normalmente estrutura-se na forma de uma empresa de capital misto e tem por objetivo de gerar tanto bem-estar para a sociedade quanto retorno monetário.

Escassez de Infraestruturas e Investimento público

Nas economias em desenvolvimento, o sector público assume frequentemente um papel significativo na formação bruta de

capital agregado. O investimento público em capital fixo pode exercer um papel de complementaridade ou de substituibilidade em relação ao investimento privado, dependendo, entre outros fatores, do tipo de investimento que é realizado e de sua forma de financiamento.

De acordo com Júnior (2006), um maior nível de investimento público, que gere melhorias na infraestrutura e no sistema de serviços (estradas, portos, meios de comunicação, por exemplo) e sendo, portanto, capaz de promover um aumento na produtividade geral da economia, pode gerar externalidades positivas sobre o investimento privado em países com falta de infraestrutura ou com baixa provisão de bens públicos.

O investimento público também pode atuar de maneira contra cíclica, aumentando a demanda por insumos e serviços do sector privado. Neste caso, a acumulação de capital público exerce um papel complementar ao investimento privado. Por outro lado, para o autor acima referido, um aumento nos gastos públicos que gerem *déficits* fiscais pode reduzir o investimento privado (efeito "*crowding-out")*. Em países desenvolvidos, este efeito *"crowding-out"* é induzido pela elevação das taxas de juros, que desestimulam o investimento privado.

Nas economias em desenvolvimento, que enfrentam restrições financeiras, além de aumentos na taxa de juros, o sector público acaba utilizando recursos físicos e financeiros que, de outra forma, estariam disponíveis para o sector privado. Uma menor disponibilidade de crédito, por exemplo, acaba reduzindo o investimento da economia, pelo menos no curto prazo Júnior (2006). A formação de capital por parte do governo também pode produzir bens que competem com aqueles produzidos pelo sector privado.

Assim, para Ronci (1988), a questão central é avaliar se os efeitos positivos do investimento público são fortes e suficiente para

compensar seus efeitos negativos, e por quanto tempo estes irão durar. Por esses motivos, estudos empíricos mostram-se relevantes para as análises da relação entre investimento público e privado em cada país, assim como determinar se a falta de infraestrutura é importante para gerar uma externalidade significativa sobre o investimento privado Rama (1993).

Incerteza, Instabilidade e Irreversibilidade do Investimento

Os desenvolvimentos mais recentes da discussão teórica sobre o investimento passaram a englobar um novo componente da variação no investimento agregado: a irreversibilidade do investimento. Esta noção, introduzida por Arrow (1969), implica que, em condições de incerteza, a irreversibilidade do investimento representa custos adicionais já que o capital, uma vez instalado, não pode ser usado em uma atividade diferente Servén e Solimano (1993).

Os investimentos e consequentes aumentos da capacidade produtiva elevam-se as probabilidades de que a firma possa encontrar- se numa situação de excesso de capital no futuro, que não pode ser eliminado em virtude de seu alto custo. Uma importante implicação dessa visão é que a estabilidade do ambiente económico é fundamental para os investimentos privados, e na medida em que as crises políticas e económicas geram incerteza, podem levar à redução dos investimentos privados dependendo do grau de aversão ao risco das empresas e da maior ou menor discrepância nos lucros esperados.

Além disso, para Schmidt-Hebbel, Servén e Solimano (1994), a instabilidade política pode afetar negativamente o investimento, pois mudanças políticas podem envolver alterações no

sistema de incentivos com uma redefinição das "regras do jogo" (legislação e direitos de propriedade, por exemplo), que pode exercer um impacto adverso sobre o investimento.

Umas estruturas de incentivos estáveis, por outro lado, associada a um ambiente macroeconómico propício podem ser tão relevantes para as decisões de investimento quanto as variáveis convencionais. Nesse contexto, a credibilidade de reformas políticas é importante na medida em que, nessas circunstâncias, o investimento só é realizado se os investidores encararem políticas de ajuste como internamente consistentes e estarem convencidos de que o governo dará continuidade às mesmas.

Para Rama (1993), algumas dessas variáveis relevantes para o investimento flutuam mais em países em desenvolvimento do que nos países industrializados, em função da diferença nas estruturas económicas. Assim, especificações distintas devem ser usadas para a função investimento, dependendo das condições económicas prevalecentes em cada país. A inserção de variáveis que possam refletir o fator "incerteza" no modelo de investimento é essencial para capturar de forma consistente a flutuação dos investimentos privados, sobretudo no estudo de países em desenvolvimento, como é o caso de Angola.

Condições Externas

A existência de compromissos externos tais como o pagamento de dívida externa pode afetar o nível de investimento das economias, principalmente no caso de países em desenvolvimento, já que requer a transferência de recursos para o exterior que, sob condições de financiamento limitado, leva à redução de recursos para o investimento Servén e Solimano (1993).

As dívidas pendentes também desencorajam os investidores, pois implicam em aumentos futuros dos impostos; o "imposto" antecipado para o futuro pagamento do serviço da dívida reduz o retorno antecipado do investimento, o que desestimula a realização do mesmo. Por fim, a instabilidade macroeconómica associada a choques externos, a incerteza sobre o comportamento do serviço da dívida e sobre as políticas necessárias no futuro, tendem a reduzir o investimento. Dessa forma, a análise do investimento nos países em desenvolvimento requer atenção especial para as condições externas e seus efeitos sobre o financiamento do investimento, a sua rentabilidade esperada e sobre a incerteza gerada.

Lei 10/21 de 22 de abril lei que altera lei 10/18 de 26 de junho lei do Investimento Privado

A lei do investimento privado estabelece os princípios e as bases gerais do investimento privado na Republica de Angola fixa os benefícios e as facilidades que o Estado Angolano concede aos investidores privados e os critérios de acesso aos mesmos, bem como os direitos, os deveres e as garantias dos investidores privados;

Considerando que o regime jurídico do investimento privado em vigor não prevê a possibilidade de negociação de incentivos, facilidades e demais direito aos investidores, sobretudo aos projetos estruturantes, com impacto económico e social relevante;

Tendo em conta a necessidade de melhorar as condições de competitividade na atração de investimentos, em que o estado deve continuar a envidar esforços para criação de um ambiente de negócio favorável, que tenha reflexo na captação de mais investimento para o país, introduzido na presente lei o regime contratual, para permitir que tal objetivo de alcance de forma mais eficaz.

Eco desenvolvimento: Conceito e Princípios de Sustentabilidade

O termo eco desenvolvimento foi introduzido por *Maurice Strong*, secretário-geral da Conferência de Estocolmo-72, e largamente difundido por *Ignacy Sachs*, a partir de 1974. O termo significa que o desenvolvimento de um país ou região é baseado em suas próprias potencialidades. Portanto é endógeno, isto é não cria dependência externa, tendo por finalidade "responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e económicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente provenientes dos recursos do meio" (SACHS *apud* RAYNAUT; ZANONI, 1993).

O conceito de desenvolvimento sustentável, como expressão mais abrangente da tentativa de incorporação da problemática ambiental na agenda económica e social, tem como antecedentes os debates que culminaram com a realização do Clube de Roma e, mais especificamente, com a conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio ambiente, realizada em Estocolmo-Suécia, em 1972. Este evento, que marcou o ambientalismo mundial, foi convocado em razão da necessidade de discutir temas ambientais que poderiam gerar conflitos internacionais, a exemplo da poluição da água, do ar e do solo, Maria Silva (2010)

A definição, como vemos, deixa patente a preocupação com os aspectos sociais e ambientais, no mesmo grau dos económicos. E possui, inerentemente a ela, uma posição ética fundamental, a saber, o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais prementes que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida de toda a população (comprometimento sincrónico), como o cuidado de preservar o meio ambiente e as possibilidades de reprodução da vida com qualidade para as gerações que sucederão (comprometimento diacrónico).

Citando Sachs (1981): "trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e das gerações futuras a possibilidade de se desenvolver. " O ecodesenvolvimento pressupõe, então, uma solidariedade sincrónica com os povos atuais, na medida em que desloca o enfoque da lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da população; e uma solidariedade diacrónica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir possibilidade de qualidade de vida às próximas gerações. É a definição de um novo Princípio de Responsabilidade inerente ao ambientalismo.

Segundo *Sachs*, evocando um novo estilo de vida, com valores próprios, um conjunto de objetivos definidos socialmente e visão de futuro, o eco desenvolvimento caracteriza-se como um projeto de civilização (SACHS*,* 1981). Um projeto civilizatório tem no componente cultural, segundo o autor mencionado, uma dimensão essencial. Implica, no que tange à problemática aqui posta, em considerar do ponto de vista metodológico a estreita imbricação do socioeconómico com o ecológico.

Quanto à operacionalização, trata-se de planificar e organizar-se tendo em conta tomada de decisões orientadas pelo futuro e, mais ainda, um esforço de pedagogia social em relação aos novos papéis sociais. A partir dessa configuração geral*, Sachs* elabora o que denomina "cinco dimensões de sustentabilidade do eco desenvolvimento": sustentabilidade social; económica; ecológica; espacial; e sustentabilidade cultural. Cada uma pode ser sintetizada como segue.

a) **Sustentabilidade Social**: O processo deve dar-se de maneira a reduzir substancialmente as diferenças sociais. E considerar o "desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro

de necessidades materiais e não materiais" (SACHS, 1993).

b) **Sustentabilidade Económica**: define-se por uma "alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado". A eficiência económica deve ser medida sobretudo em termos de critérios macrossociais. E pressupõe evitar-se a denominada "economia de *Gandhi"*, na qual o resultado de uma jornada de trabalho não seria suficiente para garantir qualidade mínima de vida diária ao trabalhador.

c) **Sustentabilidade Ecológica**: compreende o uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas compatíveis com sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Implica, também, em preservar as fontes de recursos energéticos e naturais.

d) **Sustentabilidade Espacial / Geográfica**: pressupõe evitar a excessiva concentração geográfica de populações, de atividades e do poder. Busca uma relação mais equilibrada cidade-campo.

e) **Sustentabilidade Cultural**: significa traduzir o "conceito normativo de eco desenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local" (SACHS, 1993, p. 27).

Desenvolvimento Sustentável

Na década de 1980 difunde-se o termo desenvolvimento sustentável, que é um termo de influência anglo-saxónica (*sustainable development*), utilizado primeiramente pela União Internacional pela Conservação da Natureza (correspondente em

inglês a IUCN). A tradução oficial francesa para o conceito é '*le développement durable'* em português ao pé da letra seria 'desenvolvimento durável' que é bastante próximo de sustentável.

Desenvolvimento sustentável é um conceito sistémico que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspetos de um sistema de consumo em massa no qual a preocupação com a natureza, via de extração da matéria-prima, é máxima. Foi usado pela primeira vez em 1987, no *Relatório Brundtland*, um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas.

O Relatório *Brundtland*, de 1987, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, retoma o conceito de desenvolvimento sustentável, dando-lhe a seguinte definição: desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

Examinando os detalhes desta definição, observa-se o seguinte: é desenvolvimento, porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo; pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores socioculturais com a rejeição de todo processo que leva à desculturação. É sustentável, porque deve responder à equidade intrageracional e à intergeracional.

O conceito de desenvolvimento durável, menos abrangente, se reporta à "necessidade de uma conservação das espécies, exigência de desenvolvimento económico das sociedades e preocupação com uma maior equidade nos processos políticos" *Rodary* (1997). Segundo *Godard (*1991), os atributos principais do desenvolvimento sustentável podem ser assim expressos:

1) Transforma em utopia positiva o que é visto de modo negativo (a poluição, a degradação);
2) Manifesta um conteúdo ético: a preocupação com todas as gerações humanas.
3) Apazigua preocupações com relação ao futuro;
4) Abriga apropriações diversificadas, dada sua flexibilidade;
5) Abre a possibilidade de revisão dos conteúdos económicos e sociais na problemática do desenvolvimento.

A diferença básica entre os dois conceitos, segundo *Maimon* (1992), reside no seguinte. O primeiro volta-se ao atendimento das necessidades básicas da população, através da utilização de tecnologias apropriadas a cada ambiente e partindo do mais simples ao mais complexo. Podemos assim dizer que para compreendermos o estudo em causa necessariamente devemos entender a relação existente entre os conceitos de desigualdade social investimento privado e o desenvolvimento sustentável.

Segundo Oliveira (2002) nas definições mais clássicas, o principal condicionante para o alcance do desenvolvimento é o aumento da renda, condicionante importante para redução da desigualdade social, aumento da renda passa necessariamente no fomento de investimento privado, "muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos".

Podemos assim dizer que com o aumento de renda as famílias, estaríamos a resolver a questão de um fenómeno social e ao mesmo tempo dando um passo ao desenvolvimento. Segundo *Bresser* (2006), o desenvolvimento económico pode ocorrer tanto

pelo aumento da renda *per capita* quanto pelo aumento sustentado da produtividade. Ambos relacionados ao processo de acumulação de capital e à incorporação de progresso técnico. Para atingir tal fim "o crescimento da produtividade de um país depende, diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção".

O desenvolvimento económico tem de ser relativamente automático ou autossustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Isto não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos: pelo contrário, poderá se verificar variações substanciais e que dependem da capacidade das nações de utilizarem seus respectivos estados e sua principal instituição económica, o mercado, para promover o desenvolvimento Bresser (2006).

> O estado, na sua qualidade de principal instituição normativa de uma sociedade moderna, torna-se, na sua outra qualidade de instituição organizacional, o instrumento por excelência de ação coletiva da nação para promover o desenvolvimento (BRESSER, 2006).

Ao interpretarmos e nos alinharmos ao *Bresser,* a importância do Estado se define por meio da existência de uma estratégia nacional de desenvolvimento que irá determinar o grau de aceleração do mesmo. É facto que a prática de mensurar o desenvolvimento de um território apenas por aspectos económicos já não é mais plenamente satisfatória. Com a maior velocidade da propagação de dados e informações entre o mundo inteiro proporcionada pela globalização, temos hoje uma discussão muito mais ampla sobre o tema.

Amartya Sen é um dos principais autores a contribuir com a contraposição do desenvolvimento dado especificamente por fatores de crescimento económico, como PIB, renda, industrialização e progresso técnico. Em sua obra 'Desenvolvimento como Liberdade', Amartya Sen enfatiza a dependência de diversas outras variáveis para a promoção deste complexo processo de desenvolvimento. Por exemplo, além da industrialização e até mesmo do progresso técnico é necessário que haja progresso dos serviços de educação e de saúde, a existência de voz política (democratização) da população e ampliação dos direitos civis.

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades económicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. Sen (2010).

Em alinhamento a interpretação de Sen, são as carências destas outras variáveis citadas que, quando vivenciadas pela população, limitam a liberdade do indivíduo e consequentemente o desenvolvimento como um todo. A partir da obra de *Sen* é possível elencar algumas liberdades instrumentais. São elas: liberdades políticas, facilidades económicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Facilidades económicas: Oportunidades por parte das pessoas para utilizar recursos económicos para o consumo, produção ou troca. Para isto, os mecanismos de mercado podem ter um valor fundamental, já que permitem a livre circulação de pessoas e produtos na economia.

Oportunidades sociais: Referem-se aos serviços de saúde, educação, etc.., que permitem ao indivíduo não apenas viver melhor em sua vida privada (escapando da miséria através de um trabalho mais bem qualificado, por exemplo), quanto também participar melhor da vida pública (a capacidade de ler jornais é fundamental para a atividade política, por exemplo).

Garantias de transparência: Referem-se à necessidade de uma pessoa esperar sinceridade em sua relação com outras pessoas, instituições e com o próprio Estado. Além de essencial para a coesão social, ela pode ter papel importante na prevenção da corrupção, por exemplo. Segurança protetora: resguarda os vulneráveis de caírem na miséria extrema através de uma rede de seguridade social e outras medidas que visem as garantias mínimas de sobrevivência das pessoas. Silva (2010).

Para Sen (2010), o desenvolvimento é essencialmente um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam e de nada adianta seguir um modelo de desenvolvimento que seja baseado em alicerces como a riqueza económica se tal riqueza não for refletida na melhoria das condições de vida dos indivíduos.

Podemos assim concluir que o conceito de desenvolvimento por uma nova perspectiva, foi tomando proporções cada vez mais abrangentes. Uma das discussões mais recentes em pauta é sobre o chamado desenvolvimento sustentável. Com definição da *Gro Harlem Brundtland* definiu do desenvolvimento sustentável como "a forma com que as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades". Tem-se então esta nova abordagem ainda mais complexa, buscando harmonizar as questões financeiras e as questões ambientais.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Podemos assim dizer, o desenvolvimento sustentável preocupa-se com os impactos causados no meio ambiente em decorrência do processo de crescimento económico, pois tais impactos afetam diretamente a qualidade de vida da população, comprometendo gerações futuras, percebeu-se então que a questão a ser tratada não era somente uma questão ambiental ou económica, mas sim, uma questão social.

De acordo com a interpretação de Estender e Pitta 2011, é importante ter a noção de um quadro completo, aonde o desenvolvimento da sustentabilidade vai além do controle da poluição, mas consiste em dimensões ambientais, económicas e sociais:

> [...] o desenvolvimento sustentável estaria apoiado no tripé formado pelas dimensões ambientais, económicas e sociais, ou seja, a sustentabilidade estaria condicionada ao desenvolvimento simultâneo dos três pilares.

Percebe-se então que para a mensuração do desenvolvimento como um todo, deve-se explorar o maior número possível de variáveis relevantes, procurando abranger uma maior quantidade de aspectos concernentes ao desenvolvimento. Embora exista uma gama de abordagens muito grande para o conceito de desenvolvimento, e sejam todas elas extremamente relevantes, como

por exemplo, o desenvolvimento sustentável, o foco deste trabalho é o fomento do investimento privado e inclusão social como estratégia para redução da desigualdade social na Lunda sul.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030

A agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, "Transformar o nosso mundo", constitui uma visão comum de 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para resolver as necessidades das pessoas, quer nos países em desenvolvimento quer nos países desenvolvidos, o que enfatiza o seu carácter universal.

A agenda 2030 aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económica e ambiental), sendo constituída por 17 ODS, construídos a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (que, durante os 15 anos que se seguiram a 2000, orientaram a eliminação de todas as formas de pobreza), de forma a completá-los e a responder a novos desafios, nomeadamente:

1) Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2) Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
3) Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar de todos, em todas as idades;
4) Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

5) Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;

6) Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;

7) Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;

8) Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;

9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

10) Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;

11) Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;

12) Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;

13) Adoptar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactes;

14) Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15) Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade;

16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;

17) Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Estes ODS subdividem-se em 169 metas integradas e indivisíveis, aspiracionais e globais, a alcançar no horizonte 2030. Embora, cada País deva decidir a forma de incorporação das metas nas estratégias, políticas e processos de planeamento a nível nacional, a responsabilidade de implementação dos ODS não se restringe aos governos, mas sim, requer uma parceria global, com a participação ativa da sociedade civil, do sector privado, das Universidades, dos meios de comunicação social e das Nações Unidas.

Objetivos 10 do desenvolvimento sustentável reduzir as desigualdades

Segundo a ONU 2015, até 2030, progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional.

Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra. Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito. Adoptar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações. Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições

económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas.

Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas. Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular para os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.

Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais. Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os mecanismos de remessas com custos superiores a 5%.

CAPÍTULO 2

Metodologia

METODOLOGIA

Os principais métodos de investigação neste trabalho são a análise documental, o método e análise Delphi e análise *SWOT*.

Adoptamos uma metodologia de investigação quantitativa e qualitativa, de cariz descritiva e interpretativa cujo estudo feito foi de carácter exploratório. As principais características de uma investigação qualitativa são a recolha direta de dados através de questionários, de observações, de documentos, registos de situações, de citações diretas de pessoas e das suas experiências (PATTON, 2002).

A pesquisa qualitativa fornece dados qualitativos, isto é, dados que têm por detrás uma abordagem interpretativa que segue o paradigma holístico-indutivo, de análise de conteúdo e não uma pesquisa associada a dados quantitativos, de abordagem positivista e experimental através de dados estatísticos (PATTON, 2002).

Foi feita uma recolha de documentos, relatórios de atividades, monitorização e avaliação existentes sobre as estratégias da redução das desigualdades sociais e da pobreza em Angola. Foi igualmente recolhida a legislação sobre o sistema nacional de planeamento. Esta recolha foi complementada com o plano nacional de desenvolvimento de 2018/2022 chave da implementação das várias estratégias que serviram para orientar a reflexão.

Foi feito também um estudo empírico de observação de zonas onde a desigualdade social é mais evidente o que teve como base a elaboração de um inquérito. Ao elaborarmos a presente investigação propusemo-nos o uso do Método Delphi, que se baseia na aplicação de um questionário, durante sucessivas rodadas, a um grupo de pessoas, preservando-lhes o anonimato. Desta feita, propusemos a

analisar o fomento do investimento privado como estratégia para redução da desigualdade social na província da Lunda Sul.

A busca de solução levou-nos ao terreno, com o intuito de efetuar o trabalho de campo, que se circunscreveu na realização de questionários estruturados em relação aos aspetos essenciais que conduziram as nossas atividades. Durante o tempo em que estivemos em contacto com a realidade dos enqueridos, em um universo de 65 especialista, selecionados obtivemos resposta de 30 no primeiro inquérito entregue.

As respostas às questões quantitativas foram tabuladas e receberam um tratamento estatístico simples. Os resultados são devolvidos aos participantes no inquérito seguinte. Quanto às justificativas e opiniões qualitativas associadas às previsões quantitativas, buscamos relacionar os argumentos às projeções quantitativas correspondentes (GIOVINAZZO; WRIGHT, 2000). O resumo dessas respostas tem como alvo fornecer um *feedback a* cada nova sessão.

O método Delphi foi concedido nos anos 1950 pelos matemáticos *Norman Dalkey e Olaf Herme.* Surge justamente na época da Guerra Fria para prever o impacto que a tecnologia causaria ao mundo. É uma técnica baseada em um determinado assunto com um painel de até 5 a 30 especialistas um assunto complexo para discutir; a fim de obter informações e opiniões qualitativas, relativamente precisas sobre o futuro.

Sua funcionalidade é reduzir ao máximo as diferentes possibilidades de previsão ou suposições. Isto é, simplifica o resultado de um trabalho complexo, graças a opinião dos especialistas do grupo. Três grupos de pessoas participaram do método Delphi. Antes de tudo, os especialistas devem ser previamente selecionados de forma estratégica e anónima, ninguém

pode conhecer suas identidades (MUNARETTO; CORRÊA; CUNHA, 2013).

O processo do método Delphi é aproximadamente definido em quatro etapas:

a) 1ª Etapa: Definir os objetivos e Seleção de especialistas,
b) 2ª Etapa: Preparação
c) 3ª Etapa: lançamento de questionários
d) 4ª Etapa: Identificar os resultados.

Para esta investigação os inqueridos são anónimos de forma a conservar a sua integridade assim como evitar conflitos entre especialistas e incentivar a participação criativa. Para o cumprimento de todos os passos na recolha de dados são considerados os seguintes passos:

Interação e *feedback* controlado: envie o mesmo questionário várias vezes. Agrupar respostas de forma estatística: a informação é a opinião dos especialistas de acordo com o grau de concordância obtido. Foram considerados especialistas de diferentes ramos de formação para poder dar garantias de heterogeneidade.

O método Delphi tem como vantagem a possibilidade de se realizar análise diversificada e informações sobre questões complexas, permitindo assim obter um pensamento altamente objetivo partindo de decisões baseadas no conhecimento eficiente dos especialistas.

Apesar das vantagens acima mencionados este método tem as seguintes desvantagens:

- Processo longo e pesado, uma vez que é necessário rever duas vezes para obter o resultado desejado.
- Um método caro porque é necessária a intervenção de especialistas e de materiais adequados.
- É necessário ter boa comunicação para economizar a busca e recepção de respostas. Os critérios são subjetivos e frequentemente influenciados.

Os usos do método Delphi são muito diversos, uma vez que as informações que se precisa provêm da experiência e conhecimento dos especialistas. Quando há feedback, é possível que os participantes possam refletir e ter um maior entendimento baseado em diferentes perspectivas, o que pode ser necessário para gerar acordos em situações de análise comparativa.

O método Delphi permite atuar de forma independente e adapta sua dinâmica aos objetivos da investigação. Esse método ajuda a tomar decisões estratégicas, uma vez que a opinião objetiva ou baseada na experiência de um grupo de especialistas será sempre de melhor qualidade em comparação com a opinião de um único indivíduo (MUNARETTO, CORRÊA; CUNHA, 2013).

Análise SWOT

De acordo com Paludo e Procopiuck (2011), uma das ferramentas mais utilizadas no diagnóstico organizacional é a Matriz SWOT (acrónimo dos termos em inglês: *Strengths* = forças*; Weaknesses* = fraquezas*, Opportunities* = oportunidades*; Threats* = ameaças*).*

Nessa fase pondera-se o ambiente interno e externo da organização para ter uma ideia da sua real situação, utilizando as

estratégias mais adequadas para o momento assim como a definição dos objetivos organizacionais.

Ainda de acordo com esses autores, a elaboração da Matriz *SWOT* é obtida a partir de três etapas: inicialmente analisar o ambiente interno da organização para identificar seus pontos fortes e fracos; em seguida, analisar o ambiente externo (micro e macro ambiente), identificando oportunidades e ameaças; e por fim, elaborar a matriz de combinação.

No que tange ao ambiente interno, Paludo (2009) afirma que os pontos fortes são as competências, fatores ou características positivas que a organização possui e que favorecem o cumprimento de sua missão. Logo os pontos fracos são as deficiências, fatores ou características negativas que se encontram presentes na organização e prejudicam o cumprimento da missão, devendo ser objeto de programas específicos para eliminá-los ou minimizá-los.

Já a análise externa é ampla, lida com o incontrolável e refere-se ao conhecimento do ambiente externo à organização, itens políticos, legais, económicos, tecnológicos e socioculturais. Paludo e Procopiuck (2011) declaram que na matriz SWOT devem ser combinados os seguintes elementos:

1. Os pontos fortes com as oportunidades - representam as oportunidades possíveis de serem aproveitadas;
2. Os pontos fracos com as ameaças - representam as vulnerabilidades que a organização deve evitar;
3. Os pontos fortes com as ameaças - correspondem aos pontos de defesas contra as ameaças;
4. Os pontos fracos com as oportunidades - são as oportunidades que poderão não ser aproveitadas por causa da fraqueza presente na organização.

Técnicas e Instrumentos

Para a recolha de dados que permitiram a elaboração da presente obra, foram utilizadas diferentes técnicas tendo em atenção a metodologia adoptada, como se pode observar no quadro 1.

Quadro 1 - Técnicas e Instrumentos de recolha de dados

Técnicas	Instrumentos
Analise bibliográfica	Livros físicos e digitais Artigos científicos Dissertações e Teses Revistas Jornais
Analise documental	Documentos Cartazes Leis Decretos Planos
Pesquisa de campo	Observação Direta
Inquérito	Questionário

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO 3

Redução da Incidência da Desigualdade Social como Solução para o Desenvolvimento Sustentável da Lunda Sul

REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DA DESIGUALDADE SOCIAL COMO SOLUÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA LUNDA SUL

Este capítulo ajuda a compreender caracterização de Angola, situação da desigualdade em Angola, sistema de planeamento e de políticas públicas de Angola, programas de governação, apresentação dos resultados, avaliação dos resultados e analise *SWOT*.

Caracterização de Angola

Segundo dados do último censo populacional realizado em 2014, Angola tinha 25.789.024 de habitante, em 2021 estima-se 33.000.000 de habitantes, localizada no sul da África, abrange uma área de 1.246.700 km2. O país é limitado ao Oeste pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com o Congo e a República Democrática do Congo (RDC) no Norte, a Zâmbia no Leste e a Namíbia no Sul.

O país está localizado entre o Congo e a República Democrática do Congo, a norte da foz do rio Congo. Angola apresenta uma costa marítima de 1.650 Km e as suas fronteiras terrestres correspondem a um total de 4.837 Km INE (2014).

A República de Angola é atualmente constituída por 18 províncias, 164 municípios e 559 comunas. A população angolana é constituída maioritariamente por mulheres em que representam 52% da população total em relação aos homens que representam 48%. O país possui imensos solos férteis e abundantes recursos naturais, principalmente minerais e petróleo, o que lhe confere um grande potencial para o desenvolvimento económico, reforçado pelas

reservas hidroelétricas, vastos recursos marítimos e cerca de 35 milhões de hectares potencialmente aráveis. INE (2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) serve também como uma medida para avaliar o progresso a longo prazo das três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrões de vida decente.

O relatório do desenvolvimento humano 2019 (RDH) mostra que o IDH de Angola é de 0,574 – o que coloca o país na categoria de desenvolvimento humano médio – posicionando-o em 149 dos 189 países e territórios considerados no Relatório. O valor do IDH de Angola está abaixo da média de 0,634 para os países do grupo de desenvolvimento humano médio.

No entanto, quando se desconta ao IDH de Angola o valor da desigualdade, o IDH cai de 0,574 para 0,392: uma perda de 31,8% devido à desigualdade na distribuição dos índices da dimensão do IDH. O RDH 2019 inclui também o Índice de Desenvolvimento de Género, o qual mostra que o valor do IDH feminino para Angola é de 0,546 em contraste com 0,605 para os homens PNUD (2019)

O compromisso interno para reduzir as desigualdades e pobreza foi reforçado pelos compromissos internacionais assumidos por Angola no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). O país comprometia-se até 2015 a atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

No domínio da SADC, a estratégia de combate a pobreza foi a estratégia delineada para cumprir o objetivo de erradicação da pobreza validado no Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional (SADC, 2001). Um dos objetivos prioritários do país até 2015 era reduzir em 50% a incidência da pobreza. Esta meta estava alinhada com ambos os compromissos assumidos internacionalmente.

Situação da Desigualdade em Angola segundo o relatório do INE, IDR e IDREA 2018/2019

Com base na Folha de Informação Rápida (FIR) tem como objetivo apresentar os principais resultados referentes a pobreza e desigualdade em Angola, baseando-se nos inquéritos (IDR e IDREA 2018/2019). Os principais indicadores são referentes ao consumo e receita, alimentares e não alimentares.

O IDR 2018 visou produzir informação para a tomada de decisão. Mais especificamente: Avaliar o progresso de Angola na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2015-2030, na implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 e da Agenda Africana 2063.

Os dois inquéritos são representativos por área de residência até o nível da província. No entanto, a fim de permitir a desagregação espacial e temporal dos preços, optou-se por manter a desagregação regional que havia sido introduzida em 2008.

O mesmo agrupou os conglomerados em 11 regiões consideradas bastante homogéneas do ponto de vista da formação de preços. Estas regiões são as seguintes:

1. Luanda
2. Centro urbana: Áreas urbanas do Huambo, Bié Benguela e Cuanza Sul;
3. Centro rural: Áreas rurais do Huambo, Bié Benguela e Cuanza Sul;
4. Leste urbana: Áreas urbanas da Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango;
5. Leste rural: Áreas rurais da Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango;

6. Centro-norte urbana: Áreas urbanas de Bengo, Malanje e Cuanza Norte;
7. Centro-norte rural: Áreas rurais de Bengo, Malanje e Cuanza Norte;
8. Sul urbana: Áreas urbanas de Namibe, Cunene e Huíla;
9. Sul rural: Áreas rurais de Namibe, Cunene e Huíla;
10. Norte urbana: Áreas urbanas de Cabinda, Uíge e Zaire;
11. Norte rural: Áreas rurais de Cabinda, Uíge e Zaire.

O agregado familiar é a unidade primária de análise na maior parte dos estudos, na medida em que é no agregado que se toma a maioria das decisões que afetam o indivíduo.

O agregado familiar foi definido nos Inquéritos como um grupo de pessoas (ou uma pessoa) ligado/a ou não por laços de parentesco que vivem habitualmente na mesma casa e cujas despesas são partilhadas. A primeira tabela desta FIR apresenta a distribuição percentual dos agregados familiares por província, género, estado civil e grupo etário do chefe do agregado, bem como o quintil sócio-económico do agregado familiar por residência.

A tabela 1 mostra como é acentuado no país a desigualdade de receita. Dados representativos segundo IDREA 2018/2019. Segundo estes dados o quinto quintil, representado por 20% da população com maior receita detém AKZ 48.946,00, que representa 63% de todas as receitas, enquanto o primeiro quintil detém apenas AKZ 1.783,00, que representa 3% de todas as receitas.

Conclui-se assim que a receita de uma pessoa mais rica no quintil é de pelo menos 20 vezes mais alta do que a receita média de uma pessoa no quintil mais pobre.

Tabela 1 - Distribuição do agregado familiar por Características segundo a área de residência (2018-2019)

Características selecionadas	Urbana		Rural		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Províncias						
Angola	6 694	100	878	100	10572	100
Cabinda	508	3,6	128	1,4	653	2,7
Zaire	491	2,7	146	1,7	648	2,3
Uíge	231	2,8	342	10,1	575	5,7
Luanda	1 085	43,2	46	2,9	1 217	27,3
Cuanza Norte	365	9	200	1,5	588	1,7
Cuanza Sul	230	4,3	334	11,7	586	7,2
Malanje	308	3	296	5	612	3,8
Lunda Norte	406	3,4	202	3,3	637	3,3
Benguela	377	10,5	190	5,4	629	8,5
Huambo	290	5,3	207	11,9	569	7,9
Bié	238	3,5	278	8,9	571	5,7
Moxico	258	2,4	206	3,8	604	2,9
Cuando Cubango	365	1,9	195	2,3	592	2,1
Namibe	424	2,2	188	1,6	637	2
Huíla	204	4,9	252	16,9	590	9,6
Cunene	162	1,2	250	7,9	561	3,8
Lunda Sul	489	2,6	123	1,4	641	2,1
Bengo	263	0,8	295	2,5	576	1,5
Sexo do chefe do agregado						
Homens	4 589	74,5	2 683	75,2	7 272	74,8

Mulheres	2 079	25,5	1 185	24,8	3 264	25,2
Grupo etário do chefe do agregado						
<25 anos	453	3,7	372	6,6	825	4,9
25-34 anos	2 027	25,6	882	21,9	2 909	24,1
35-44 anos	1 868	31,9	821	26,5	2 689	29,7
45-54 anos	1 250	23,7	720	21,1	1 970	22,7
55-64 anos	701	10,8	573	14,4	1 274	12,2
>64 anos	369	4,3	499	9,5	868	6,4
Estado civil do chefe do agregado						
solteiro(a)	842	5,7	266	4,3	1 108	5,1
Casado(a)/União de facto	4 146	73,3	2 606	77,2	6 752	74,8
Viúvo(a)/Divorciado(a)/Separado(a)	1 673	21	994	18,6	2 667	20
Escolaridade do chefe do agregado						
Nenhum	888	10	1 386	33	2 274	19,1
Primário	1 552	21,6	1 546	44,2	3 098	30,5
Secundário - 1º ciclo	1 471	25,2	546	13,9	2 017	20,7
Secundário - 2º ciclo ou mais	2 697	41,5	373	8,3	3 070	28,4
Não declarado	60	1,8	17	0,6	77	1,3
Quintil socioeconómico						
Primeiro	886	14,2	747	28,9	1 633	20
Segundo	926	14,8	893	28	1 819	20
Terceiro	1 188	18,8	902	21,8	2 090	20
Quarto	1 460	23,4	802	14,7	2 262	20
Quinto	*2 234*	28,8	534	6,6	2 768	20

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: IDR (2018; 2019).

Tabela 2 - Receita média mensal por pessoa por características segundo os quintis de receitas Kwanzas

Características Selecionadas	1º quintil	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil	Total	N. º de agregados
Total	**1.783**	**4.552**	**7.946**	**14.051**	**48.946**	**5.454**	**11.974**
Área de residência							
Urbana	1.680	4.642	8.032	14.194	50.316	19.090	7.410
Rural	1.876	4.458	7.803	13.681	41.924	9.149	4.564
Província/Região							
Cabinda	1.366	4.801	8.040	14.526	54.648	26.790	667
Zaire	2.274	4.915	7.957	14.058	40.705	17.986	686
Uíge	2.182	4.471	7.851	13.625	38.012	9.184	595
Luanda	1.708	4.681	8.195	14.236	68.435	25.212	1.364
Cuanza Norte	2.159	4.622	7.688	14.635	36.505	14.286	634
Cuanza Sul	1.987	4.502	7.729	13.978	39.017	10.862	605
Malange	1.921	4.656	7.764	13.731	41.045	12.352	624
Lunda Norte	1.676	4.642	8.230	13.936	56.858	16.686	624
Benguela	1.842	4.536	8.014	13.533	52.586	13.586	654
Huambo	1.845	4.477	8.031	13.762	32.042	8.876	630
Bié	2.097	4.440	7.888	13.873	46.269	14.691	597
Moxico	2.136	4.822	7.947	14.199	38.484	15.035	589
Cuando Cubango	1.824	4.499	7.962	13.992	47.222	14.188	628
Namibe	1.699	4.426	7.934	14.069	42.783	16.186	653
Huila	1.564	4.263	7.800	13.662	54.603	10.144	600
Cunene	2.040	4.417	7.792	14.199	45.222	11.093	544
Lunda Sul	1.196	4.575	7.793	13.686	39.322	9.365	659
Bengo	2.086	4.576	8.082	14.127	46.719	20.873	621
Sexo							
Homens	1.788	4.550	7.969	14.059	48.939	16.396	8.326
Mulheres	1.769	4.556	7.890	14.004	48.979	12.832	3.645
Idade							
Menos de 24 anos	1.753	4.640	7.915	13.879	40.421	11.490	1.001

25-34 anos	1.735	4.542	7.986	14.174	44.324	13.686	3.385
35-44 anos	1.751	4.556	7.913	14.070	49.267	14.649	2.903
45-54 anos	1.851	4.505	7.972	14.033	50.513	18.178	2.187
55-64 anos	1.843	4.638	7.975	13.976	51.635	17.831	1.405
65 ou mais anos	1.830	4.499	7.839	13.839	55.294	15.328	1.092
Escolaridade							
Nenhum nível	1.737	4.465	7.873	13.895	31.466	7.277	2.243
Ensino primário	1.837	4.523	7.861	13.838	36.785	9.294	3.836
Secundário- 1º ciclo	1.794	4.614	8.024	13.944	42.436	13.612	2.307
Secundário- 2º ciclo ou mais	1.658	4.716	8.058	14.352	55.743	28.618	3.461
Outro ou não declarado	1.885	4.469	7.599	12.871	32.354	8.422	126

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: IDR (2018; 2019).

Um segundo indicador de desigualdade é o Índice de Gini (medido através da receita e do consumo). Para este caso, coeficiente de Gini de receita, o mesmo apresenta dados condizentes com a distribuição percentual das receitas por quintis, confirmando deste modo que a desigualdade é acentuada no país.

Analisando a desigualdade por província verifica-se que a maior diferença entre a população mais pobre e a mais rica encontra-se nas províncias de Huíla, Luanda e Lunda Sul. Como mostra a tabela 3, o Coeficiente de Gini para Angola é 0,59, um valor relativamente alto.

O coeficiente de Gini das áreas urbanas é mais aproximado ao nível nacional e nas áreas rurais é relativamente inferior (0,54), confirmando, também, por esta via, diferenças significativas entre os 20% da população mais pobre e os 20% dos mais ricos nas áreas urbanas.

Tabela 3 - Desigualdade na distribuição da receita (%)

Países	1º Quintil	2º Quintil	3º Quintil	4º Quintil	5º Quintil	Total	Coeficiente de Gini	Número de Agregados
Angola	2,3	5,9	10,3	18,2	63,3	100	0,5965	11.974
Área de residência								
Urbana	2,1	5,9	10,2	18	63,8	100	0,5877	7.410
Rural	2,7	6,4	11,2	19,6	60,1	100	0,5441	4.564
Província/região								
Cabinda	1,6	5,8	9,6	17,4	65,5	100	0,5683	667
Zaire	3,3	7	11,4	20,1	58,2	100	0,4848	686
Uige	3,3	6,8	11,9	20,6	57,5	100	0,5209	595
Luanda	1,8	4,8	8,4	14,6	70,4	100	0,6422	1.364
Cuanza Norte	3,3	7	11,7	22,3	55,6	100	0,488	634
Cuanza Sul	3	6,7	11,5	20,8	58	100	0,5316	605
Malange	2,8	6,7	11,2	19,9	59,4	100	0,5413	624
Lunda Norte	2	5,4	9,6	16,3	66,6	100	0,6255	624
Benguela	2,3	5,6	10	16,8	65,3	100	0,6357	654
Huambo	3,1	7,4	13,4	22,9	53,3	100	0,4972	630
Bié	2,8	6	10,6	18,6	62,1	100	0,5534	597
Moxico	3,2	7,1	11,8	21	56,9	100	0,4758	589
Cuando Cubango	2,4	6	10,5	18,5	62,5	100	0,6016	628
Namibe	2,4	6,2	11,2	19,8	60,3	100	0,5593	653
Huila	1,9	5,2	9,5	16,7	66,7	100	0,6783	600
Cunene	2,8	6	10,6	19,3	61,4	100	0,5575	544
Lunda Sul	1,8	6,9	11,7	20,6	59,1	100	0,642	659
Bengo	2,8	6,1	10,7	18,7	61,8	100	0,5395	621

Sexo								
Homens	2,3	5,9	10,3	18,2	63,3	100	0,5955	8.326
Mulheres	2,3	5,9	10,2	18,1	63,4	100	0,5898	3.645
Idade								
Menos de 24 anos	2,6	6,8	11,5	20,2	58,9	100	0,5226	1.001
25-34 anos	2,4	6,2	11	19,5	60,9	100	0,5651	3.385
35-44 anos	2,3	5,9	10,2	18,1	63,5	100	0,6076	2.903
45-54 anos	2,3	5,7	10,1	17,8	64	100	0,606	2.187
55-64 anos	2,3	5,8	10	17,5	64,5	100	0,6041	1.405
65 ou mais anos	2,2	5,4	9,4	16,6	66,4	100	0,6102	1.092
Escolaridade								
Nenhum nível	2,9	7,5	13,2	23,4	52,9	100	0,4922	2.243
Ensino primário	2,8	7	12,1	21,3	56,7	100	0,5188	3.836
Secundário - 1º ciclo	2,5	6,5	11,3	19,7	59,9	100	0,5293	2.307
Secundário - 2º ciclo ou mais	2	5,6	9,5	17	65,9	100	0,5741	3.461
Outro ou não declarado	3,2	7,6	12,8	21,7	54,7	100	0,5251	126

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: IDR (2018; 2019).

A tabela 4 mostra as estimativas de pobreza, desagregadas por área de residência, onde se destaca grandes diferenças entre áreas urbanas e as rurais, com uma taxa de pobreza (p0) que é quase duas vezes maior em áreas rurais do que em áreas urbanas (57.2% vs. 29.8%).

Para a profundidade e severidade da pobreza, a diferença entre a pobreza urbana e rural também é duas vezes maior. O coeficiente de Gini do consumo é a principal referência de medição

das desigualdades quando comparado com o coeficiente de Gini de receitas.

Tabela 4 - Índices de pobreza por área de residência, IDR (2018-2019)

	Angola	Urbana	Rural
Incidência	40,6	29,8	57,2
Profundidade	10,1	7,3	14,3
Severidade	4,4	3,3	6,2

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: IDR (2018; 2019).

Segundo aos dados do IDREA, a desigualdade é alta em Angola, com um coeficiente de Gini nacional de 0,51 (tabela 3 abaixo). O coeficiente de Gini é mais alto nas áreas urbanas (0,48) em relação às áreas rurais (0,44), embora as diferenças não sejam estatisticamente significativas.

Tabela 5 - Coeficientes de Gini, por área de residência

	Estimativa	Limite inferior	Limite superior
Angola	0.51	0.47	0.55
Área de residência			
Urbana	0.48	0.43	0.53
Rural	0.44	0.43	0.46

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: IDR (2018; 2019).

De acordo aos relatórios IDR e IDREA 2018/2019, podemos concluir que em Angola existe um elevado índice de desigualdade social e pobreza.

O Sistema de Planeamento de Políticas Públicas em Angola

O bem-estar e a qualidade de vida das famílias angolanas, a redução das desigualdades e da pobreza, a promoção da desconcentração e da descentralização territorial e a criação de condições que dinamizem a competitividade territorial, o estímulo da cidadania ativa e da participação na vida democrática, a valorização da capacidade empreendedora e da inovação e a criação de emprego, são condições essenciais para o desenvolvimento económico e social do País.

O PDN 2018-2022 enquadra-se na hierarquia de instrumentos de planeamento para promoção do desenvolvimento socioeconómico do País, sendo também influenciado por um conjunto de compromissos internacionais, cuja abrangência em matéria de desenvolvimento requer a sua integração nos instrumentos de planeamento nacionais.

Em alinhamento a Lei de Base do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento (Lei 1, de 14 de Janeiro de 2011), os Planos de Desenvolvimento Nacional são instrumentos de planeamento de médio prazo que implementam a Estratégia de Longo Prazo (ELP). Documento de carácter prospectivo, que integra as opções estratégicas de desenvolvimento a longo prazo do País. Como tal, a elaboração e a implementação do PDN 2018-2022 respondem diretamente aos objetivos estratégicos definidos na estratégia em vigor, designada por Angola 2025.

Por outro lado, em 2013 o País juntou-se aos Estados-Membros da União Africana para perspectivar a evolução do continente nos 50 anos seguintes, lançando o processo de preparação de um quadro estratégico partilhado para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável, que ficou conhecido como Agenda 2063 - "A África que Queremos".

Em 2015 foi, também, o ano em que Angola, no contexto das Nações Unidas esteve lado a lado com quase todos os países do mundo, subscreveu a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que define as prioridades e aspirações no horizonte de 15 anos. A Agenda 2030 procura mobilizar esforços globais em torno de um conjunto de objetivos - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - e metas comuns.

A agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, "Transformar o nosso mundo", constitui uma visão comum de 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para resolver as necessidades das pessoas, quer nos países em desenvolvimento quer nos países desenvolvidos, o que enfatiza o seu carácter universal.

A agenda 2030 aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económica e ambiental), sendo constituída por 17 ODS, construídos a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (que, durante os 15 anos que se seguiram a 2000, orientaram a eliminação de todas as formas de pobreza), de forma a completá-los e a responder a novos desafios.

Sublinha-se, também, a necessidade de mobilizar recursos financeiros, bem como de reforçar as capacidades de implementação, de monitoria e avaliação, em particular nos PMA. Além do esforço de divulgação e de reflexão conduzido ao longo dos últimos anos sobre estes importantes compromissos, é fundamental integrá-los nos instrumentos de planeamento nacionais, de modo a garantir a concretização das responsabilidades que cabem a Angola nos objetivos propostos e as metas a alcançar.

Entretanto, em 2012, o Comité para a Política de Desenvolvimento das Nações Unidas considerou Angola elegível para a graduação do estatuto de PMA. Quatro anos mais tarde, uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas confirmou o mês

de fevereiro de 2021 como a data para a graduação. Este importante passo requer a preparação do País, na criação de uma Estratégia de Transição diretamente ligada aos instrumentos de promoção do desenvolvimento a nível nacional.

Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza 2016

A partir de 2016, o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP) sai do Ministério do Comércio e passa a ser coordenado pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, órgão do executivo que tem como responsabilidade a promoção da Mulher Rural.

Importa mencionar que este órgão do Executivo adoptou e desenvolveu o programa que em 2008 era da responsabilidade da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Rural. Neste programa foi integrado o MINARS (órgão responsável pela política social), e cada sector passou a ser responsável pelo seu programa e definição de indicadores. A nova estratégia configura um modelo de governação descentralizado setorialmente, atribuindo a cada um, maior responsabilidade nos seus resultados.

Com base no decreto presidencial nº 137, de 16 de junho de 2016, foi criado uma nova instituição com a designação de Conselho Nacional de Ação Social, que é um órgão colegial e, no cumprimento das suas atribuições, promove a proteção das populações vulneráveis e em risco social.

Esta Instituição deve ainda acompanhar o planeamento e avaliar a execução das políticas setoriais e programas focados na redução da pobreza e do risco social. Têm ainda a incumbência, de

promover a criação e manutenção da base de dados relacionados com os grupos alvo e partilhada pelos sectores.

Está para aprovação, a criação do Cadastro Social Único (proposto pelo MINARS), com o propósito de identificar e caracterizar numa só matriz de dados, todos os beneficiários das atribuições dos benefícios económicos e sociais e todos os equipamentos existentes de ação social. Está previsto que este instrumento forneça informações sobre a evolução do estado de pobreza e vulnerabilidade dos cadastrados, o que permitirá fazer o acompanhamento e tomar as medidas necessárias para a melhoria de vida dos mais carenciados.

A aprovação do Cadastro Social Único submetido pelo órgão que tem a tutela da Política Social denuncia um maior grau de influência política e de responsabilidade desta instituição (MINARS), no desenvolvimento e controlo de programas de combate à pobreza. A aprovação do sistema de dados evidencia a aposta do executivo no planeamento monitoria e avaliação de resultados das políticas.

Os dois instrumentos de planeamento da política social apresentada nos parágrafos anteriores, revelam uma estratégia de combate à pobreza coordenada e avaliada multisetorialmente em detrimento de programas geridos e coordenados por uma só entidade. Este programa de governação ocorreu em plena recessão económica (baixa das receitas de petróleo) e numa crise social que concorre para o aumento da pobreza, da vulnerabilidade e risco social em que se encontra o país.

Este atual contexto sócio- económico tem desinibido crescentemente a sociedade civil em manifestar o seu descontentamento pelo atual modelo de governação. Pode dizer-se que há cada vez mais escrutínio civil das políticas públicas o que torna necessário introduzir modificações nos modelos de governação

e planeamento das políticas de redução das desigualdades sociais e pobreza.

Após avaliação cuidada do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza no Quinquénio 2010-2015, não obstante os efeitos positivos gerados pelo referido Programa, constata-se que o mesmo não possibilitou a criação de empregos duradouros como se prévia, nem proporcionou a melhoria sustentável das condições sociais dos seus beneficiários, daí a necessidade de se corrigir os pontos críticos e alavancar os ganhos conseguidos com a implementação do mesmo.

Neste sentido, impõe-se a consolidação dos ganhos conseguidos e a potenciação e concretização de iniciativas que, apesar da exiguidade de recursos, assegurem a sua sustentabilidade e simultaneamente permitam a continuidade do combate à pobreza, nas suas distintas dimensões, sempre assente na promoção de atividades produtivas geradoras de emprego e rendimento associadas à garantia do acesso e da disponibilidade dos cuidados primários de saúde e ensino, bem como o acesso a outros serviços sociais de base.

Uma análise transversal do tecido populacional de Angola, permite concluir que a população mais diretamente afetada pela pobreza vive no meio rural e nas zonas periféricas e/ou suburbanas, destacando-se aqui os desmobilizados de guerra e jovens em idade ativa, mas sem ocupação, famílias monoparentais chefiadas por mulheres, daí que se pode inferir que o acesso ao emprego e/ou as fontes de rendimento sustentável por estes segmentos teria impacto positivo sobre a redução da pobreza e, simultaneamente, contribuiria para a redução do desemprego e para o aumento dos níveis de rendimento e qualidade de vida.

Para assegurar a melhoria das condições sociais pela via do acesso ao emprego e fontes de rendimento sustentáveis, propõe-se o desenvolvimento local com foco nas áreas rurais, potenciando o

tecido produtivo ao nível das aldeias através da construção de assentamentos populacionais melhorados, nas comunas, nos municípios e, simultaneamente, o desenvolvimento das potencialidades produtivas e das potenciais trocas intermunicipais, de modo a que se constituam em verdadeiras alavancas da produção interna ao nível local e nacional.

O desenvolvimento rural deve assentar na promoção de atividades geradoras de emprego e renda sustentável para os chefes de família e seus agregados, envolvendo-os na realização dos objetivos previstos no Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, de modo a serem sujeitos ativos e não meros receptores dos benefícios das ações, e na estruturação do serviço rural de apoio social as comunidades, como um órgão especializado para apoio as famílias mais vulneráveis.

O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP)

O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza foi aprovado pelo Decreto Presidencial nº 140/18, de 6 de junho em alinhamento com o plano de Desenvolvimento Nacional (PND-2018/2022), que atua a partir da articulação com as várias intervenções setoriais de combate à pobreza e desenvolvimento local.

A experiência obtida com a implementação do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, aconselha a que o País adopte uma abordagem de Desenvolvimento Local. O mesmo deve permitir as Instituições Locais estarem mais próximas dos cidadãos e assumir assim um papel de maior relevância na melhoria da qualidade de prestação de

serviços básicos, na qualidade de vida e no aumento do rendimento familiar. O que deve resultar na autopromoção de todo o desenvolvimento local, contribuindo, deste modo, para a redução da extrema pobreza.

No Quinquénio 2018-2022, de modo a alcançar estes objetivos, é desenhado o presente Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, o que possibilitará, deste modo, a integração de diferentes programas e projetos transversais de combate à pobreza, tendo como prioridade a conclusão do processo de reintegração dos ex-militares.

Sem prejuízo da participação efetiva dos demais Departamentos Ministeriais, o Programa adopta como eixos estratégicos de intervenção setorial integrada e simultânea a Agricultura, Pescas, Habitação e Ordenamento do Território, Obras Públicas, Indústria e Comércio, sendo a Educação, Saúde, Justiça, Comunicação Social, Administração do Território e Reforma do Estado, Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Energia e Águas e Ambiente consideradas como valências complementares à essa Estratégia.

Sem se esquecer das garantias à alfabetização, à educação sobre nutrição e saneamento básico, a preservação do meio ambiente, a disseminação e veiculação de informação, a capacitação técnico-profissional, etc. A Ação Social, intervém como integrador e articulador, uma vez que assegura a focalização adequada da população-alvo, a participação ativa dos demais sectores, parceiros e beneficiários, numa abordagem baseada na Municipalização dos Serviços e no quadro da promoção do Desenvolvimento Local, Combate à Pobreza e do Reforço da Cidadania.

Tendo em conta que a Agricultura é a base para o aumento do rendimento das famílias, o Ministério da Agricultura e Florestas deve liderar a Equipa Produtiva do País neste domínio. O Ministério

de tutela deve definir as províncias e municípios prioritários de intervenção, onde haja ou onde se deve projetar uma maior produção e/ou produtividade, e assim poder-se abrir ou reabilitar vias de acesso para facilitar o escoamento.

Igualmente, dinamizar o comércio rural, transformar produtos, melhorar os assentamentos populacionais rurais, tratar adequadamente o excedente de produção não comercializável e de consumo imediato. Por questões humanitárias e de solidariedade social propõe-se que certo excedente de produção não comercializável seja canalizado a instituições de acolhimento de grupos vulneráveis, tais que hospitais. Outro, como a ração animal seja canalizada para processamento orgânico.

O PIDLCP tem como objetivo, contribuir para a redução da pobreza, para a promoção do desenvolvimento humano e bem-estar dos angolanos com inclusão económica e social a nível local.

Objetivos Específicos do PIDLCP:

a) Reduzir os níveis de pobreza extrema a nível rural e urbano, e levando o padrão de vida dos cidadãos em situação de extrema pobreza através de transferências sociais (em dinheiro ou espécie);

b) Assegurar até 2022 o aumento do rendimento médio mensal por pessoa;

c) Assegurar até 2022 a realização de 2 (dois) diagnósticos da vulnerabilidade em Angola;

d) Assegurar até 2022 o cadastramento gradual dos beneficiários da ação social na base de dados da vulnerabilidade (Cadastro único);

e) Promover o desenvolvimento local aprofundando os processos de desconcentração, descentralização e municipalização;

f) Contribuir para a reintegração efetiva dos ex-militares;

g) Promover e alargar o acesso das populações aos serviços básicos;

h) Impulsionar o crescimento e desenvolvimento local como fator de redução do êxodo rural da juventude para as áreas urbanas;

i) Promover o acesso dos cidadãos, particularmente os mais vulneráveis, à propriedade e aos fatores de produção (terra, capital, equipamentos e conhecimento), proporcionando equidade de oportunidades e melhorar a função redistributiva das despesas de apoio ao desenvolvimento;

j) Promover o acesso dos cidadãos com necessidades especiais a serviços especializados, assegurando a disponibilidade de ajudas técnicas e meios auxiliares ao seu quotidiano e mobilidade.

   Bem como ao processo de aprendizagem a vários níveis de educação e ensino, incluindo o técnico-profissional;

k) Implementar um modelo operacional desconcentrado com serviços mais próximos dos cidadãos, nomeadamente das populações mais vulneráveis;

l) Assegurar o envolvimento do cidadão e das comunidades beneficiárias em todas as fases de identificação de projetos, definição de prioridades e de execução das ações de combate à pobreza.

O Executivo define como prioridade para o quinquénio 2018-2022 baixar o impacto da extrema pobreza de 36,6% para 25%, correspondendo a cerca de 3 milhões de cidadãos nessa condição, localizados nas áreas rurais, per urbanas e urbanas.

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM)

O Plano Integrado de Intervenção dos Municípios foi lançado em julho de 2019, no Município de Cazombo, Moxico pelo Presidente da República, Dr. Joao Manuel Gonçalves Lourenço que reafirmou a máxima segundo a qual "a vida faz-se nos Municípios".

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) tem como objetivo materializar ações de Investimento Públicos (PIP), de Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD) e de Atividades Básicas, com prioridade para as ações de carácter social, de modo a inibir o êxodo rural e promover o crescimento económico, social e regional mais inclusivo no País. Este Plano pretende aumentar a autonomia dos 164 municípios de Angola no âmbito da política de desconcentração e descentralização das competências administrativas e, deste modo, aumentar a qualidade de vida em todo o território nacional**.**

De acordo ao Despacho Presidencial 62/20 de 24 de Abril, devido à natureza operacional, multissectorial e plurilocalizada do PIIM, no território nacional; havendo necessidade de se reforçar a capacidade institucional dos Municípios, consubstanciada na preparação, execução e acompanhamento de projetos de construção de infraestruturas básicas, indispensáveis ao desenvolvimento local e, desta forma, criar as premissas para a institucionalização das autarquias, por um lado, e tornar transparentes os processos concursais e promover um ambiente de negócios concorrencial, sustentável e saudável, por outro.

Considerando a necessidade de se criar, ao nível do Executivo, uma estrutura que garanta o alinhamento das orientações estratégicas, operacionalização, acompanhamento e monitorização, bem como a elaboração de relatórios de progresso, em torno da execução do PIIM; O Presidente da República determina, nos termos

da alínea d) do artigo 120.º e do n. º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

É criada a Comissão Interministerial de Coordenação do Plano Integrado de Intervenção dos Municípios — PIIM, coordenada pelo Ministro de Estado para a Coordenação Económica, coadjuvado pelos Ministros da Administração do Território e das Finanças. Esta comissão interministerial deve ainda acompanhar o planeamento e avaliação e a execução das políticas do plano integrado de intervenção dos municípios.

Podemos concluir que a característica do PIIM é mais inclusiva e a sua execução na íntegra nos levará a um desenvolvimento socioeconómico, apesar do programa de governação não só ocorrer em plena recessão económica (baixa das receitas de petróleo), mas também durante a Pandemia da Covid-19, isto é, numa plena crise mundial.

Situação altamente perigosa, na medida em que concorre para o aumento da pobreza, da vulnerabilidade e risco social em que se encontra o país. Este atual contexto sócio- económico simultaneamente nacional e mundial tem desinibido de forma crescente a sociedade civil em manifestar o seu descontentamento pelo atual modelo de governação.

Projeto de Apoio ao Crédito (PAC)

Considera-se inserido no Projeto de apoio à produção, a diversificação das exportações e substituição de importações (PRODESI) aplica-se igualmente aos projetos de investimento que contribuam, direta ou indiretamente, na produção interna dos 54 itens dos bens de consumo de acordo com o quadro abaixo, segundo o aviso nº10/2020 de 1 de abril do BNA.

Características de elegibilidade ao PAC

Quadro 2 – Produtos legíveis ao Programa de Apoio ao Crédito (PAC)

Açúcar	Mandioca	Óleo de amendoim
Arroz corrente	Batata doce	Mel
Carne seca de vaca	Batata rena	Varão de aço de construção (maior de mm)
Farinha de trigo	Tomate	Cimento
Feijão	Cebola	Clínquer
Fubá de bombo	Alho	Cimento cola, argamassas, rebocos, gesso, e afins
Fubá de milho	Cenoura	Vidro temperado, laminado, múltiplas camadas ou trabalhado de outras formas
Leite	Pimento	Embalagens de vidro para diversos fins
Massa esparguete	Repolho	Tinta para construção
Óleo alimentar de soja	Alface	Guardanapos, papel higiénico, rolos de papel de cozinha
Óleo de palma	Banana	Fraldas descartáveis
Sabão azul	Manga	Pensos higiénicos
Sal comum	Abacaxi	Detergente sólido (em pó)
Ovos	Tilapia (cacusso)	Detergentes líquidos
Carne de frango	Carapau do Cunene	Lixívias
Carne de cabrito	Sardinella aurita (lambula)	Cerveja
Carne de porco	Sardinella maderensis (palheta)	Sumos e refrigerantes
Grão de milho	Óleo alimentar de girassol	Água de mesa

Elaboração própria. Baseada em: Poder ao Financiamento.

O PAC está destinado a Empresas ou cooperativas de produtores nos ramos da atividade económica da agropecuária, das

pescas e da indústria que já produzem algum dos bens apresentados neste documento, devendo estar registadas no ‘‘Portal do Produtor Nacional’’. Devem disponibilizar regularmente a informação da sua produção no aplicativo de informação ‘‘Feito em Angola’’.

Estão implicadas todas as empresas ou cooperativas e produtores nos ramos da atividade económica da agropecuária, das pescas e da indústria que possuam projetos de investimentos no domínio da produção e de alguns dos bens supramencionados, nos quais o estado dá execução física da implantação dos projetos, pois está próximo da conclusão. Mas, os promotores ainda necessitam de recursos financeiros para os concluírem (projetos de investimento em esforço).

Igualmente, empresas ou cooperativas de produtores nos ramos da atividade económica da agropecuária, das pescas e da indústria que tenham estabelecido convénios de venda de bens intermédios, bens finais e diversos serviços utilizados no processo de produção, logística e distribuição de algum dos bens supramencionados. Empresas ou cooperativas de produtores nos ramos da atividade económica da agropecuária, das pescas e da indústria que tenham estabelecido convénios de compra, logística e distribuição de algum dos bens supramencionados.

Empresas detidas por qualquer cidadão nacional ou estrangeiro residente, que no caso dos últimos devem cumprir com o estipulado na Lei nº 10, de 26 de Junho de 2018, do Investimento Privado. Empresas ou cooperativas de produtores nos ramos da atividade económica da agropecuária, das pescas e da indústria que possuam mais anos de atividade económica, caso pretendam financiamento para projetos de investimento que preveem ter em média um volume de faturação anual na escala de uma média ou de uma grande empresa, nos termos da legislação em vigor.

Empresa que apresentem projetos de investimento com volume de faturação anual com escala de micro e pequena empresa, nos termos da legislação em vigor, para as que estejam a iniciar o primeiro ano de atividade. Empresas que demonstrem ter contabilidade geral organizada, regularmente encerrada, e comprovem ter regularizado os pagamentos de impostos e da contribuição da segurança social, mediante declaração da AGT e do INSS respectivamente, no caso de serem empresas ou cooperativas de produtores nos ramos da atividade económica da agropecuária, das pescas e da indústria com mais de um ano de atividade.

Empresa que possuam planos de recuperação de dívidas aprovados pelos respectivos credores, e certificados por aqueles que efetivam o estado de cumprimento, no caso de empresas promotoras que se encontram em situação de incumprimento com o pagamento de impostos, contribuição da segurança social, financiamentos bancários e outras dívidas com terceiros.

Empresas que demonstrem ter celebrado contratos de trabalho com dedicação exclusiva para os gestores do projeto a financiar, sendo incompatível para os gerentes principais dos empreendimentos o exercício de outras funções, públicas e/ou privadas, independentemente de serem ou não detentores de participações do capital social da empresa promotora.

Empresas que demonstrem que a equipa de gestão do projeto a financiar possui experiência profissional, e formação técnica que assegure a boa gestão do empreendimento em causa, por via da apresentação do curriculum profissional e da certificação técnica ou profissional de conhecimentos, passada por entidades de formação acreditadas em Angola.

Empresas que demonstrem a idoneidade dos gestores e dos detentores do capital social da empresa beneficiária, com base na

apresentação de documentos da regularidade da situação judicial e fiscal dos mesmos e das empresas candidatas.

Caracterização da Lunda Sul

Lunda Sul é uma das 18 províncias de Angola, localizada no leste do país. A capital é a cidade de Sáurio, no município do mesmo nome. Segundo as projeções populacionais de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 609 851 habitantes e área territorial de 77 636 km². A província é constituída por quatro municípios que são: Sáurio, Caolho, Dala e Muconda.

A província tem catorze (14) comunas que são: Sáurio (Sede), Mona- quimbundo, Caolho, Chiluange, Muriege, Cazaji, Luma Cassai, Alto Chicapa, Xassengue, Cucumbi, Sombo, Muconda, Cassai-Sul e Dala. No dia 4 de julho de 1978, pelo decreto-lei nº. 84/78, a província de Lunda foi dividida em duas, ficando a porção primitiva com o nome de Lunda Sul, enquanto se criou oficialmente a província de Lunda Norte.

O grande sustentáculo da economia da Lunda-Sul está na extração de diamantes. Esta atividade mineira enquanto fator económico afetou, desde o início do século XX, os fenómenos demográficos e a formação cultural da província. A grande empregadora provincial é a Andaima com o sector mais pujante da província de Lunda Sul, isto é a mineração industrial. Esta indústria tem nos diamantes, no manganês e no minério de ferro seus produtos de maior valor bruto. A extração dos diamantes tem sua área de operações mais importante as minas da Sociedade mineira de Catoca.

O sector de comércio e serviços concentra-se na capital – Sáurio. A cidade alberga inúmeros centros atacadistas e de abastecimento tanto para a província de Lunda Sul quanto para as demais províncias do leste angolano. A província não só possui um solo arável de grande potencial para agricultura de grande escala, mas também um grande potencial em recursos hídricos.

No âmbito da cultura, existem vários grupos de danças, centros recreativos, agrupamentos musicais, grupos de teatro, assim como monumentos de arquitetura civil, religiosa e sítios históricos. O povo cokwe, também chamado de Lunda-cokwe, possui uma rica tradição histórica e cultural, tendo em conta o valor das letras das suas canções folclóricas e danças tradicionais, tais como: makopo, tchianda, tchissela, mitingue, muquixi, etc. Este povo também herdou uma notável riqueza cultural, vislumbrada nas esculturas produzidas.

Segundo os dados do IDR e IDREA 2018/2019, o estudo, elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e concluído em dezembro de 2019, os dados condizentes com a distribuição percentual das receitas por quintis, confirmam a desigualdade acentuada no país. Se analisarmos a desigualdade por província verifica-se que a maior diferença entre a população mais pobre e mais rica se encontra nas províncias de Huíla, Luanda e Lunda Sul.

Como mostra o quadro 3, o Coeficiente de Gini para Angola é 0,59, um valor relativamente alto. O coeficiente de Gini das áreas urbanas é mais aproximado ao nível nacional e nas áreas rurais é relativamente inferior (0,54), o que confirma, também, por esta via diferenças significativas entre os 20% da população mais pobre e os 20% da população mais rica nas áreas urbanas.

Os resultados das estimativas municipais para o IPM-M, bem como da incidência da pobreza e intensidade da pobreza, mostram que 65 dos 164 municípios apresentam uma incidência de pobreza

acima de 90%, ou seja, pelo menos 9 em cada 10 pessoas nestes municípios são multidimensional mente pobres. Estes municípios com elevados níveis de pobreza multidimensional estão distribuídos da seguinte forma: Lunda Sul - 3 municípios dos 4: Muconda (97%), Dala (95%) e Cacolo (94%).

Em alinhamento ao relatório do índice de pobreza multidimensional do município (IPM-M) a média da população nos municípios do Muconda, Dala e Cacolo a incidência de pobreza é de 95%. Em suma, verifica-se um alto nível de pobreza multidimensional.

Análise das entrevistas de opinião dos especialistas

Ao elaborarmos a presente investigação propusemo-nos o uso do Método Delphi, que se baseia na aplicação de um questionário, durante sucessivas rodadas, a um grupo de especialistas, preservando-lhes o anonimato. Desta feita, propusemos a analisar a incidência da desigualdade social na província da Lunda Sul

Caracterização sociodemográfica

Da análise sociodemográfica são apresentados elementos importantes como ocupação, nível de escolaridade, estado civil, idade, sexo, município de residência, situação habitacional, zona de residência, acesso à energia da rede pública, água da rede pública, número de agregado familiar, por entrevistados.

Quadro 3 - Caracterização sociodemográficas

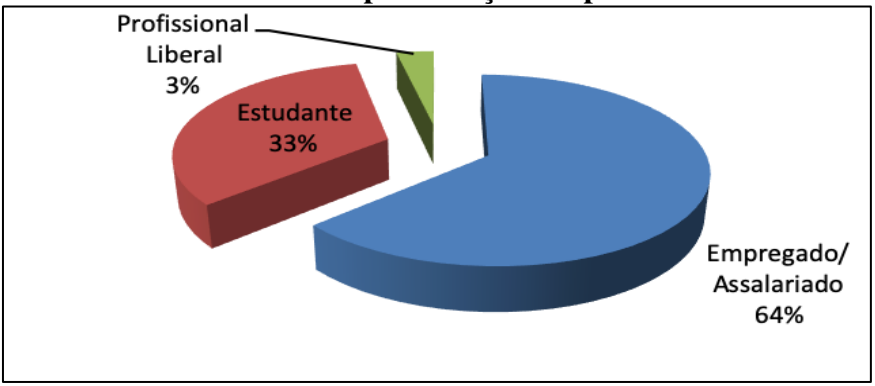
Ocupação	**Qtd.**	**%**
Empregado/ Assalariado	19	64
Estudante	10	33
Profissional Liberal	1	3
Total Geral	**30**	100
Nível de escolaridade	**Qtd.**	**%**
Nível Superior em frequência	-	-
Pós-graduação/mestrado/doutorado concluído	5	17
Pós-graduação/mestrado/doutorado em frequência	10	33
Superior concluído	15	50
Total Geral	**30**	**100**
Estado Civil	**Qtd.**	**%**
Casado	14	47
Solteiro	15	50
Viúvo	1	3
Total Geral	**30**	100
Idade	**Qtd.**	**%**
18 a 24 anos	-	-
25 a 29 anos	-	-
30 a 39 anos	12	40
40 a 49 anos	13	43
50 a 69 anos	5	17
Total Geral	**30**	**100**
Género	**Qtd.**	**%**
Feminino	11	37
Masculino	19	63
Total Geral	**30**	100
Município de residência	**Qtd.**	**%**
Cacolo	4	13
Muconda	2	7
Saurimo	24	80
Total Geral	**30**	100
Situação habitacional	**Qtd.**	**%**
Casa arrendada	18	60
Casa Própria	12	40
Total Geral	**30**	100
Zona de residência	**Qtd.**	**%**
Rural	8	27
Urbana	22	73

Total Geral	**30**	100
Acesso à energia da rede pública	**Qtd.**	**%**
Não	6	20
Sim	24	80
Total Geral	**30**	100
Acesso a água da rede pública	**Qtd.**	**%**
Não	20	67
Sim	10	33
Total Geral	**30**	100
Número de agregado	**Qtd.**	**%**
1 a 5 pessoas	16	54
6 a 10 pessoas	10	33
Mais de 11 pessoas	4	13
Total Geral	**30**	100

Fonte: Elaboração própria.

Dos enqueridos a maior representatividade é a classe dos empregados assalariados que representam 64%, 33% representa o número de estudantes e 3% profissionais liberais.

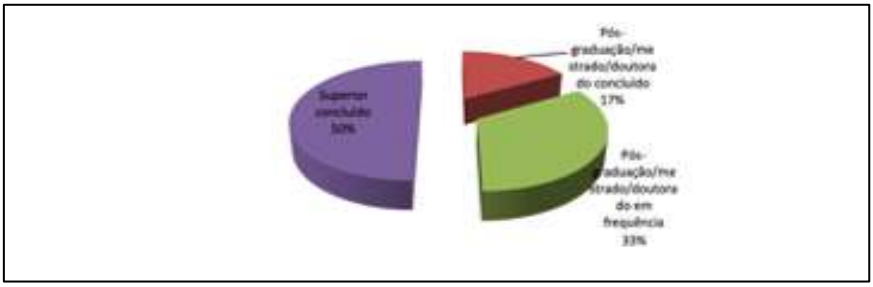
Gráfico 1 - Representação ocupacional



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao nível de escolaridade 50% é representado pelos inquiridos com o ensino superior concluído, cursos de graduação e 33% pelos que estão a frequentar o curso de pós-graduação, mestrado e doutorado, 17% pelos peritos que concluíram o curso de pós-graduação, mestrado e doutorado conforme ilustra o gráfico 2.

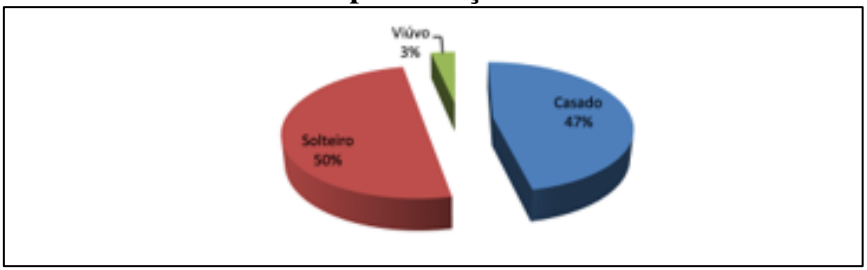
Gráfico 2 - Nível de escolaridade



Fonte: Elaboração própria.

O estado civil dos inquiridos foi representado por 50% como o estado solteiro, 47% casado e 3% viúvo conforme ilustrado no gráfico abaixo.

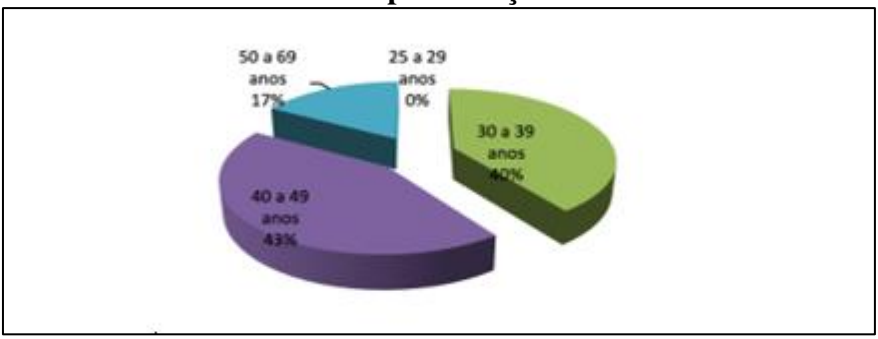
Gráfico 3 - Representação do estado civil



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 4, representa a idade dos inquiridos, onde 43% representava a idade compreendida entre 40 a 49, 40% representa a idade dos 30 a 39, 17% representa dos 50 a 69 anos de idade.

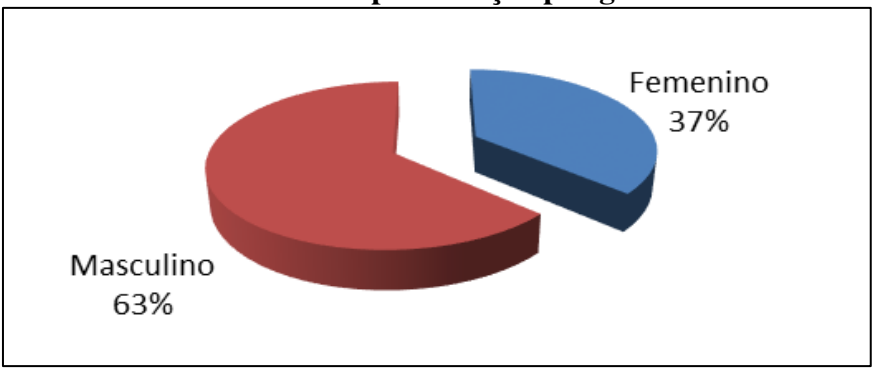
Gráfico 4 - Representação da idade



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao sexo dos inquiridos 63% eram do sexo masculino e 37% do sexo feminino conforme ilustra o gráfico 5.

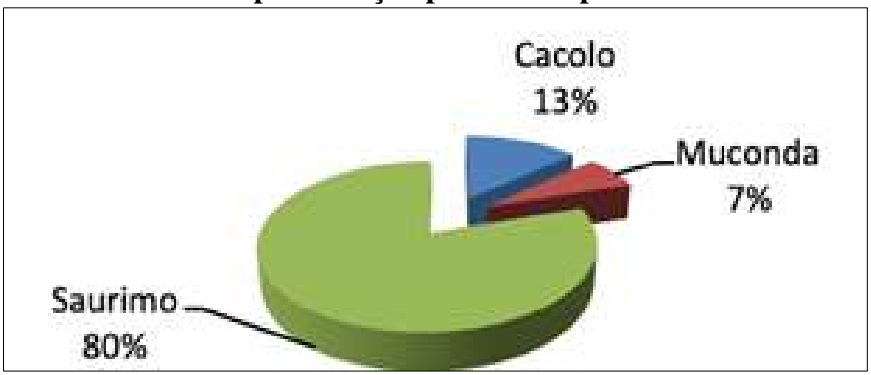
Gráfico 5 - Representação por género



Fonte: Elaboração própria.

Dos inquiridos 80% representam o município de Saurimo, 13% representam o município de Cacolo e 7% representam o município de Muconda conforme ilustra o gráfico 6.

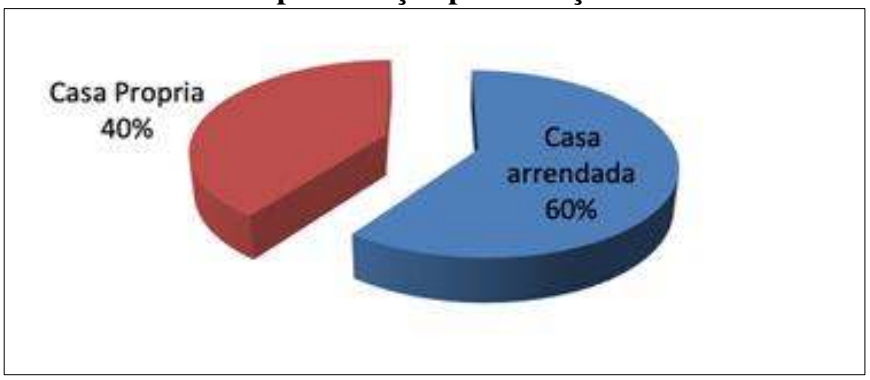
Gráfico 6 - Representação por Município de residência



Fonte: Elaboração própria.

Quanto a situação habitacional dos inquiridos, 60% vive em casa arrendada e 40% em casa própria conforme o gráfico 7.

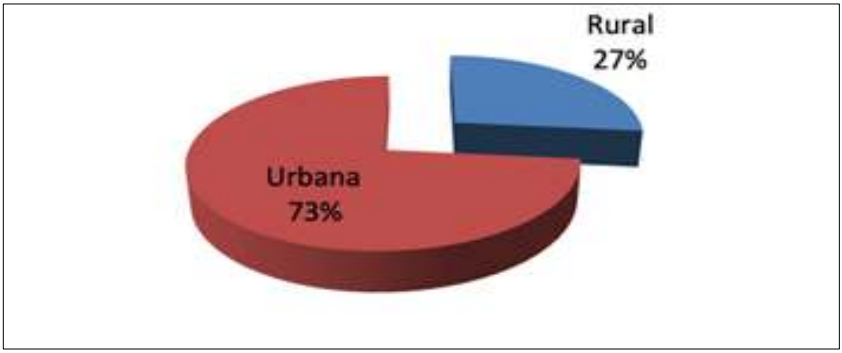
Gráfico 7 - Representação por situação habitacional



Fonte: Elaboração própria.

A zona de residência, 73% dos inquiridos vive em zona urbana e 27% em zona rural conforme o gráfico 8.

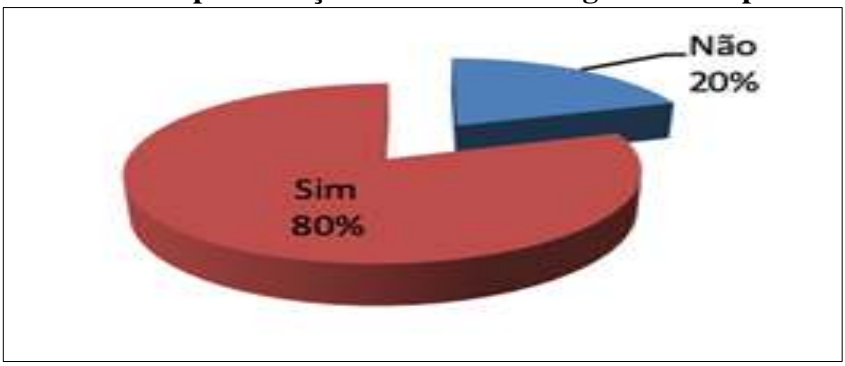
Gráfico 8 - Representação por zona de residência



Fonte: Elaboração própria.

Os 80% dos inquiridos têm acesso a energia da rede pública em suas casas e 20% não possuem a energia da rede pública em suas residências conforme o gráfico 9.

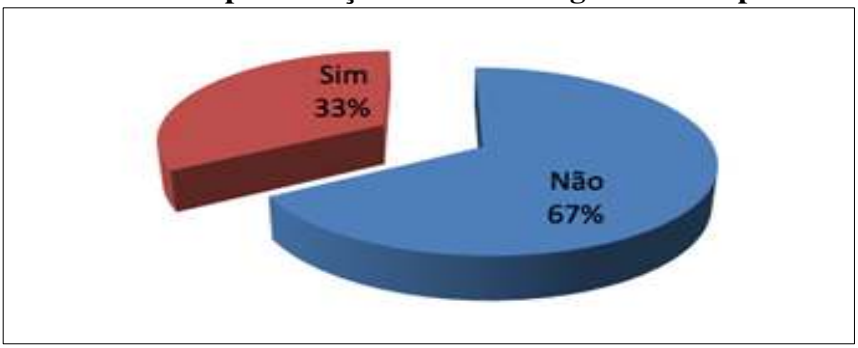
Gráfico 9 - Representação de acesso à energia da rede pública



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao acesso a água da rede pública 67% dos inquiridos não têm acesso em suas residências à água da rede pública apenas 33% têm acesso em suas residências conforme ilustra o gráfico 10.

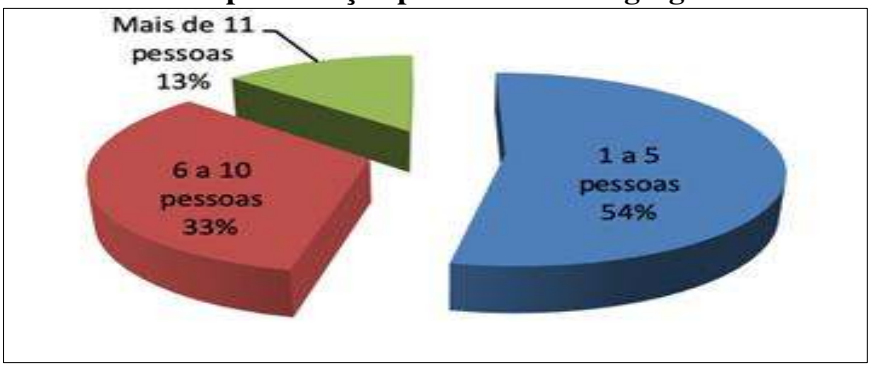
Gráfico 10 - Representação de acesso a água da rede pública



Fonte: Elaboração própria.

Dos 59% inquiridos tem um agregado familiar de 1 a 5 pessoas, 35% tem um agregado de 6 a 10 e 6% dos peritos o seu agregado o composto por mais de 11 pessoas (gráfico 11).

Gráfico 11 - Representação por número de agregado familiar



Fonte: Elaboração própria.

Desenvolvimento sustentável da Lunda Sul

Os peritos analisaram sobre o desenvolvimento sustentável na Lunda Sul de uma forma geral, e as dimensões do desenvolvimento sustentável: sustentabilidade social, sustentabilidade económica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial geográfica e sustentabilidade cultural.

Dos 60% dos inquiridos caracterizaram o desenvolvimento sustentável na Lunda Sul como regular, com indícios, esforços e estratégias alinhadas pelo executivo para se alcançar os ODS 2030. Embora o país enfrente uma recessão económica que veio agravar-se, como já referimos atrás, com a Pandemia de Covid19, conforme ilustra a tabela 6.

Tabela 6- Perguntas aos Entrevistados especialistas

De maneira Geral como é que caracterizas o desenvolvimento sustentável da Lunda Sul?	FrequênciaAbsoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Bom	2	7%	10	18
Não respondeu				
Não sabe				
Péssima	10	33%		
Regular	18	60%		
Total Geral	30	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Sustentabilidade Social

Sustentabilidade Social: O processo deve se dar de maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. E considerar o

"desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrange todo o espectro de necessidades materiais e não materiais" (SACHS, 1993).

A primeira questão sobre a sustentabilidade social que os inquiridos responderam foi a seguinte: ''A falta de postos de trabalho que permita a obtenção de renda individual adequada (uma melhor condição de vida; à maior qualificação profissional) é um dos fatores para que não haja um desenvolvimento sustentável na Lunda Sul?'' 93% dos enqueridos responderam sim conforme ilustra a tabela 7.

Tabela 7 -Pergunta sobre sustentabilidade social

A falta de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (à melhor condição de vida; à maior qualificação profissional) é um dos fatores para que não haja um desenvolvimento sustentável na Lunda Sul?	**Frequência Absoluta**	**Frequência Relativa**	**Média Aritmética**	**Moda**
Sim	28	93%	15	28
Não	2	7%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria.

A questão feita aos inquiridos: ''se acreditavam que a inclusão social fosse um fator importante que contribuísse para redução das desigualdades e alcançarmos o desenvolvimento local?

100% dos enqueridos responderam sim, conforme ilustra a tabela 8 sobre a questão da sustentabilidade social, podemos assim dizer que a inclusão social é um passo importante para se obter o desenvolvimento local.

Inclusão social é o conjunto de ações que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independentemente da classe social, da condição física, da educação, do género, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspetos

Tabela 8 - Segunda questão sobre sustentabilidade social

Acredita que a inclusão social é um fator importante para redução das desigualdades e alcançarmos o desenvolvimento local?	**Frequência Absoluta**	**Frequência Relativa**	**Média Aritmética**	**Moda**
Sim	30	100%	30	30
Não				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com os enqueridos a questão sobre a existência de políticas públicas na Lunda-Sul, 57% dos inquiridos alegaram não existir na província políticas para redução das desigualdades sociais na Lunda Sul e 43% defenderam existir políticas públicas para redução das desigualdades sociais conforme a tabela 9.

Tabela 9 - 3ªquestão sobre sustentabilidade social

Existem políticas públicas para redução das desigualdades na Lunda Sul?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	17	57%	15	17
Não	13	43%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Dos inquiridos, 70% acredita que o município de Saurimo é privilegiado em detrimento dos outros municípios na medida em que cria um desequilíbrio económico e desigualdades sociais entre os municípios, conforme ilustra a tabela 10.

Tabela 10 – 4ª questão sobre sustentabilidade social

Acredita que o Município do Saurimo é mais privilegiado que os outros 3 municípios no tocante a projetos sociais criando assim desigualdade entre eles?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	21	70%	15	21
Não	9	30%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a igualdade de oportunidade os 87% dos inquiridos alegaram não existir na Lunda Sul a igualdade de oportunidade, conforme ilustra a tabela 3.11. A igualdade de oportunidades é um princípio baseado na ideia de que uma sociedade só pode ser justa se um cidadão tiver as mesmas possibilidades de acesso aos níveis mais básicos de bem-estar social e que seus direitos não sejam inferiores aos de outros grupos. Para isso, são estabelecidos mecanismos que proíbem a discriminação por motivos de raça, sexo, etnia, idade, religião ou identidade sexual.

Tabela 11- 5ª questão sobre sustentabilidade social

Podemos afirmar que na Lunda Sul há igualdade de oportunidade?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	4	13%	15	26
Não	26	87%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Sustentabilidade Económica

Sustentabilidade Económica: define-se por uma "alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado". A eficiência económica deve ser medida sobretudo em termos de critérios macrossociais. E pressupõe evitar-se a denominada "economia de Gandhi", na qual o resultado de uma jornada de trabalho não seria suficiente para garantir qualidade mínima de vida diária ao trabalhador.

A primeira questão sobre a sustentabilidade económica ''se é notório o fluxo permanente de investimentos públicos e privados

que possam criar sinergias e sustentabilidade económica?'' Os inquiridos 77% responderam não, conforme ilustra a tabela 12.

Tabela 12 - 1ª questão sobre sustentabilidade económica

É notório o fluxo permanente de investimentos públicos e privados que possam criar sinergias e sustentabilidade económica?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	7	23%	15	23
Não	23	77%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a questão ''se a economia da província adquirir maior estabilidade, diversificação e desenvolvimento local'', 90% dos inquiridos responderam não conforme ilustra a tabela 13.

Tabela 13 – 2ª questão sobre a sustentabilidade económica

A economia da província está a adquirir maior estabilidade, diversificação no desenvolvimento local?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	3	10%	15	27
Não	27	90%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria.

À questão ‘’se o sector de Mercado interno aumenta simultaneamente sua participação na economia passando a ser um elemento dinâmico do sistema e se cria renda às famílias?

Os 73% dos inquiridos responderam não, conforme ilustra a tabela 14.

Tabela 14- 3ª questão sobre a sustentabilidade económica

O sector de Mercado interno aumenta simultaneamente sua participação na economia passando a ser um elemento dinâmica do sistema e criando renda das famílias?	**Frequência Absoluta**	**Frequência Relativa**	**Média Aritmética**	**Moda**
Sim	8	27%	15	22
Não	22	73%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão se existe iniciativas do governo local para melhorar o ambiente de negócio e empreendedorismo aos jovens? Houve um ligeiro equilíbrio 53% dos inquiridos responderam não e 47% responderam sim conforme ilustra a tabela 15.

Para esta questão verificou-se um ligeiro equilíbrio das respostas dos especialistas, ainda há muito que se fazer para se melhorar o ambiente de negócio e incentivo do empreendedorismo aos jovens que tem a maior representatividade da população da Lunda Sul.

Tabela 15 - 4ª Pergunta sobre a sustentabilidade económica

Existe iniciativas do governo local para melhorar o ambiente de negócio e empreendedorismo aos jovens	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	14	47%	15	16
Não	16	53%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Sustentabilidade Ecológica

Sustentabilidade Ecológica: compreende o uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas compatíveis com sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Implica, também, em preservar as fontes de recursos energéticos e naturais.

Tabela 16 – 1ª questão sobre a sustentabilidade ecológica

Acredita que a produção local se respeita os ciclos ecológicos dos ecossistemas?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim			30	30
Não	30	100%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão se a produção local respeita os ciclos do ecossistema, 100% dos inquiridos responderam não se respeitar os

ciclos ecológicos dos ecossistemas conforme ilustra a tabela 16. Quanto a questão se há prudência no uso dos recursos naturais não renováveis? Dos enqueridos 100% responderam não conforme ilustra a tabela 17. Portanto, achamos que é necessário que se comece a pensar na sustentabilidade dos recursos não renováveis, a começar a implementar medidas mais rigorosas de monitorias e responsabilização no uso imprudente dos mesmos.

Tabela 17 - 2ª questão sobre a sustentabilidade ecológica

Há prudência no uso de recursos naturais não-renováveis?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim			30	30
Não	30	100%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão se há esforços na redução da intensidade energética fósseis e aumento da produção da energia de fontes renováveis?

Tabela 18 - 3ª questão sobre a sustentabilidade ecológica

Há esforço para redução da intensidade energética fosses e aumento da produção da energia de fontes renováveis	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	5	5%	15	25
Não	25	83%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Os 83% dos inquiridos responderam não haver esforço do executivo local na redução da intensidade energética fósseis e aumento da energia de fontes renováveis, apenas 17% responderam sim, haver o esforço conforme ilustra a tabela 18.

Quanto a questão: ‘’se a população da Lunda-Sul tem conhecimento sobre o meio ambiente 57% dos inquiridos responderam não e 43% responderam sim, conforme ilustra a tabela 19.

Tabela 19 – 4ª questão sobre a sustentabilidade ecológica

Acredita que a população da Lunda Sul tem conhecimento sobre aspectos ligados ao meio Ambiente?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	13	43%	15	17
Não	17	57%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Sustentabilidade Espacial/Geográfica

Sustentabilidade Espacial/Geográfica: pressupõe evitar a excessiva concentração geográfica de populações, de atividades e do poder. Busca uma relação mais equilibrada cidade-campo. Quanto a questão se há desconcentração espacial (de atividades; de

população)? 97% dos especialistas responderam não e 3% responderam sim conforme ilustra a tabela 20.

Tabela 20 – 1ª questão sobre a sustentabilidade geográfica

Há desconcentração espacial (de atividades; de população)?	**Frequência Absoluta**	**Frequência Relativa**	**Média Aritmética**	**Moda**
Sim	1	3%	15	29
Não	29	97%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão sobre haver a desconcentração democratização do poder local os 80% dos inquiridos responderam não e 20% responderam sim conforme ilustra a tabela 21.

Tabela 21 – 2ª questão sobre a sustentabilidade geográfica

Há desconcentração democratização do poder local?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	6	20%	15	24
Não	24	80%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão sobre haver uma relação equilibrada da cidade para o campo, os 93% dos inquiridos responderam não e 7% responderam sim conforme ilustra a tabela 22.

Tabela 22 – 3ªquestão sobre a sustentabilidade geográfica

Há uma relação equilibrada da cidade para o campo?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	2	7%	15	28
Não	28	93%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Sustentabilidade Cultural

Sustentabilidade Cultural: significa traduzir o "conceito normativo de eco desenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local" (SACHS, 1993). Dos inquiridos 100% responderam sim haver iniciativa do governo local na preservação da identidade do povo e 35% responderam não conforme ilustra a tabela 23.

Tabela 23 - 1ª questão sobre a sustentabilidade cultural

Há iniciativas do governo local na promoção da cultura e preservação da identidade do povo, garantindo sustentabilidade cultural?	**Frequência Absoluta**	**Frequência Relativa**	**Média Aritmética**	**Moda**
Sim	30	100%	30	30
Não				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Dos inquiridos 53% responderam haver respeito pela formação cultural comunitária e 47% responderam não haver conforme ilustra a tabela 24.

Tabela 24 - 2ª questão sobre a sustentabilidade cultural

Há respeito à formação cultural comunitária?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	16	53%	15	16
Não	14	47%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão sobre haver necessidade de se criar imagem de escultura das hierarquias tradicionais locais: 100% dos inquiridos responderam sim haver necessidade de se criar imagens de escultura das hierarquias locais conforme ilustra a tabela 25.

Tabela 25 – 3ª questão sobre a sustentabilidade cultural

Há necessidade se criar imagens de escultura das hierarquias tradicionais locais?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	30	100%	30	30
Não				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

À questão que tem haver com as danças tradicionais cokwes e a escultura Samanhonga se tem uma divulgação que merecem localmente? Os inquiridos responderam na generalidade não haver divulgação merecida conforme ilustra a tabela 26.

Tabela 26 - 4ª questão sobre a sustentabilidade cultural

As danças tradicionais cokwes e o Samanhonga tem uma divulgação que merecem localmente?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	30	100%	30	30
Não				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Projeto de apoio ao crédito (PAC)

Este projeto está inserido no Projeto de Apoio à Produção, na Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI).

Aplica-se aos projetos de investimento que contribuem, direta ou indiretamente, na produção interna dos 54 dos bens como indica a tabela abaixo, de acordo ao aviso nº10/2020 de 1 de abril de 2020 do BNA.

Quanto a questão, ". Se sabem ou se já ouviram falar do PAC, 100% dos peritos entrevistados responderam sim. Sabem, pois, já ouviram falar do projeto, conforme ilustra a tabela 27.

Tabela 27 - primeira questão sobre o (PAC)

Sabe ou já ouviu falar do (PAC)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	30	100%	30	30
Não				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão "se sabe ou se já ouviu falar de algum projeto do PAC no município onde residem:17% responderam sim sabem e já ouviram falar, 83% responderam, pois não sabem nem ouviram falar nos seus municípios, conforme ilustra a tabela 28.

Tabela 28 - 2ª questão sobre o (PAC)

Sabe ou já ouviu falar de algum projeto do PAC no teu município?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim sei e já ouvi falar	5	17%	15	25
Não sei, nem ouvi falar	25	83%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão: "se o projeto era importante, 100% dos inquiridos responderam que sim, conforme ilustra a tabela 29.

Tabela 29 – 3ª questão sobre o (PAC)

Considera este Projeto importante?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	30	100%	30	30
Não respondeu				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

À questão sobre o PAC ser inclusivo pelas suas características: 50% dos inquiridos entre responderam que sim, 50% responderam que não conforme ilustra a tabela 30, havendo divisão equitativa de respostas.

Tabela 30 - 4ª questão sobre o (PAC)

Pela característica e Segmentação do PAC acreditas ser inclusivo?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	15	50%	15	30
Não respondeu	15	50%		
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão: ’fala da importância do PAC no desenvolvimento sustentável da Lunda Sul: 53% os inquiridos responderam importante, 47% responderam muito importante, conforme ilustra a tabela 31.

Tabela 31 - 5ªquestão sobre o (PAC)

Na sua opinião de maneira geral qual é a importância do PAC no desenvolvimento sustentável da Lunda Sul?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Muito Importante	14	47%	15	16
Importante	16	53%		
Menos Importante				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM)

A questão se sabe ou se já ouviu falar do PIIM, 100% dos inquiridos responderam que sim saber e que já tinha ouvido falar, conforme ilustra a tabela 32.

Tabela 32 - 1ª questão sobre o (PIIM)

Sabe ou já ouviu falar do (PIIM)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim sei e já ouvi falar	30	100%	30	30
Não sei, nem ouvi falar				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão sobre saber ou ouvir falar de algum projeto do PIIM no seu município, 100% dos inquiridos responderam sim saber e ouvir falar do PIIM conforme ilustra a tabela 33.

Tabela 33 - 2ª questão sobre o (PIIM)

Sabe ou já ouviu falar de algum projeto do PIIM no teu município?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim sei e já ouvi falar	30	100%	30	30
Não sei, nem ouvi falar				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão sobre a importância do programa: 100% dos inquiridos responderam que sim ser importante, conforme ilustra a tabela 34.

Tabela 34 - 3ª questão sobre o (PIIM)

Considera este Programa importante?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim sei e já ouvi falar	30	100%	30	30
Não sei, nem ouvi falar				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão sobre a importância do PIIM no desenvolvimento sustentável da Lunda Sul: 67% dos inquiridos responderam que achavam ser importante, 33% responderam ser muito importante, conforme ilustra a tabela 35.

Tabela 35 - 4ª questão sobre o (PIIM)

Na sua opinião de maneira geral qual é a importância o PIIM tem no desenvolvimento Sustentável da Lunda Sul?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Muito Importante	10	33%	15	20
Importante	20	67%		
Menos importante				
Total	30	100%		

Fonte: Elaboração própria

Necessidade de um próximo questionário

Após a avaliação do primeiro inquérito, verificamos que havia necessidade de um novo inquérito. Visto que era necessário acrescentar novas perguntas e repetir algumas aos inquiridos com embasamento em algumas respostas do 1º inquérito.

Tabela 36 - 2ºinquérito feito 1ª pergunta

De maneira geral como caracteriza a situação do desenvolvimento sustentável na Lunda-Sul?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Excelente			5	8
Bom				
Regular	2	20%		
Péssimo	8	80%		
Total	10	100%		

Fonte: Elaboração própria

A segunda ronda de questionário apresentou, obrigatoriamente, os resultados da primeira, oferecendo ao participante a oportunidade de analisar sua opinião ou resposta, em comparação às alegações dos outros elementos do grupo (FERREIRA, 2009).

Logo, foi necessária uma clarificação de modo que foram repetidas algumas questões para uma conclusão clara do assunto em análise.

Tabela 37 - 2º inquérito feito 2ª pergunta

Há desigualdade social na Lunda-Sul?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	10	100%	10	10
Não	-	-		
Total	10	100%	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 38 - 2º inquérito feito 3ª pergunta

Quanto às mulheres no mercado de trabalho, acredita que existe algum preconceito nos mandatários das organizações públicas e privadas, ao atribui-las cargos de liderança na Lunda-Sul?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	6	60%	5	6
Não	4	40%		
Total	10	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 39 – 2º inquérito feito 4ª pergunta

Existem políticas públicas para redução da desigualdade na Lunda-Sul?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	5	50%	5	5
Não	5	50%		
Total	10	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 40 - 2º inquérito feito 5ª pergunta

Existem programas de combate ao trabalho infantil e reintegração dos jovens ao primeiro emprego?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	6	60%	5	6
Não	4	40%		
Total	10	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 41 - 2º inquérito feito 6ª pergunta

Podemos afirmar que na Lunda Sul há igualdade de oportunidade?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	3	30%	5	6
Não	7	70%		
Total	10	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 42 - 2º inquérito feito 7ª pergunta

Sabe ou já ouviu falar do Projeto de Apoio ao Crédito, inserido no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI)?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	4	40%	5	6
Não	6	60%		
Total	10	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 43- 2º inquérito feito 8ª pergunta

Sabe ou já ouviu falar de algum projeto do PAC no teu município?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	2	20%	5	8
Não	8	80%		
Total	10	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 44 - 2º inquérito feito 9ª pergunta

Pela característica e Segmentação do PAC acreditas ser inclusivo?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Sim	3	30%	5	7
Não	7	70%		
Total	10	100%		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 46 - 2º inquérito feito aos especialistas 10ª pergunta

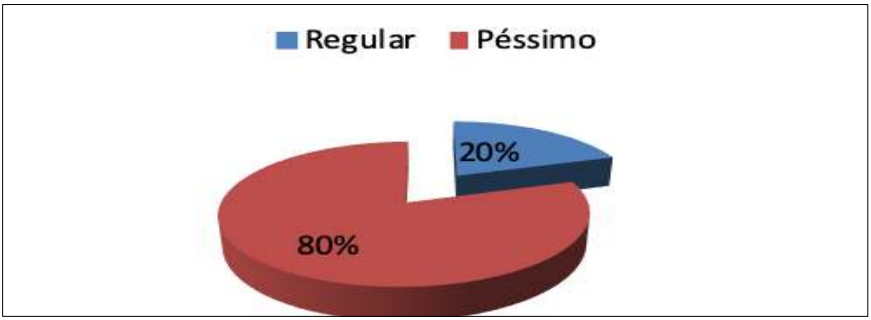
Na sua opinião de maneira geral qual é a importância do desenvolvimento Sustentável da Lunda Sul?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Média Aritmética	Moda
Muito Importante	2	20%		
Importante	8	80%		
Menos importante				8
Total	10	100%	5	

Fonte: Elaboração própria.

Avaliação dos resultados

Durante a aplicação da segunda etapa, dos 10 inquéritos, 10 inquiridos responderam aos questionários

Gráfico 12 - Sobre o desenvolvimento sustentável da Lunda-Sul

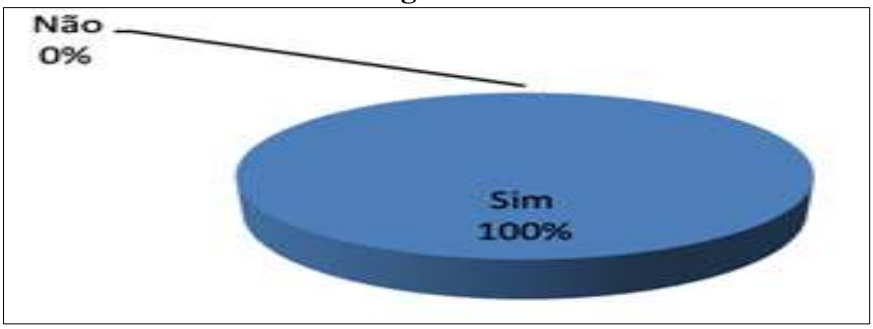


Fonte: Elaboração própria.

Foi reformulada a questão sobre a caracterização do desenvolvimento sustentável da Lunda-Sul, para eliminar o carácter tendencioso da mesma. Reformulou-se a questão, enfatizando que

diversos estudos que apontam para esta realidade. Na segunda fase, a probabilidade não se alterou, e 80% dos inquiridos afirmaram ser péssimo o DS da Lunda-Sul: na sua maioria defenderam o facto de não existir um plano diretório na província.

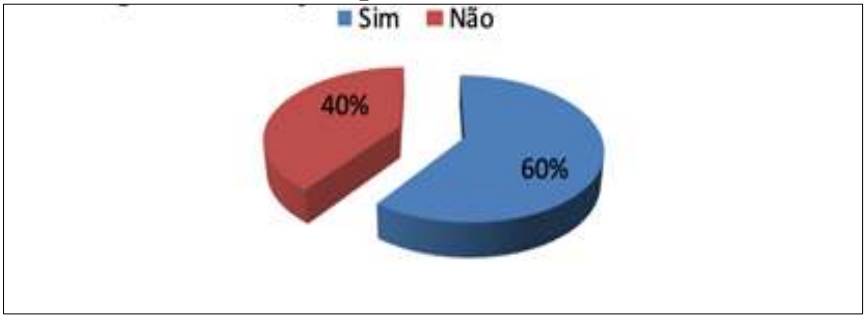
Gráfico 13 - Sobre a desigualdade social na Lunda-Sul



Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito a desigualdade social 100% dos inquiridos responderam que sim existir desigualdade social na Lunda-Sul, como mostra o gráfico 14.

Gráfico 14 - Sobre a Oportunidade carreira as mulheres

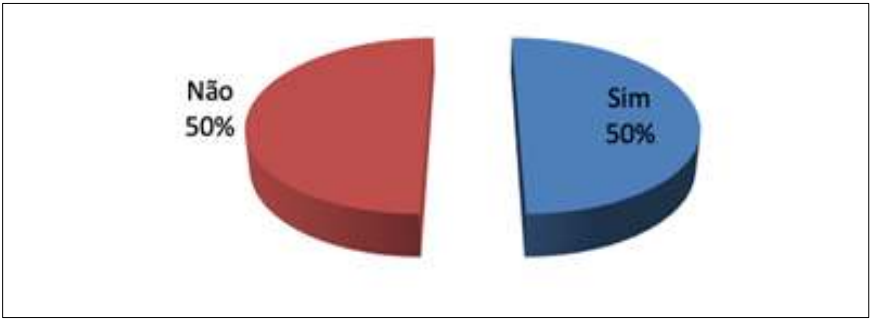


Fonte: Elaboração própria.

Quanto a oportunidade de carreira as mulheres nas organizações públicas e privadas, em cargos de liderança: 60% dos inquiridos responderam não existir. Enfim, alegam de que ainda prevalece algum preconceito por parte de mandatários nas organizações.

Este assunto tem um papel preponderante, porque uma organização, demonstra que a divisão do trabalho por género, começa a se desfazer, uma vez que a ascensão da mulher é crescente aos olhos vistos.

Gráfico 15 - Existência de políticas para a redução das desigualdades sociais na Lunda-Sul

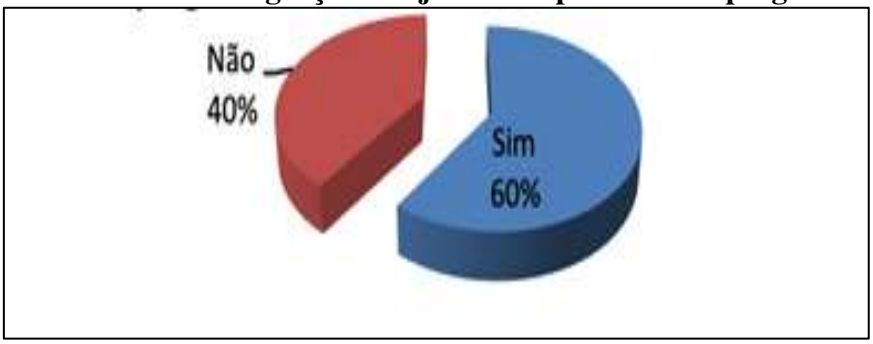


Fonte: Elaboração própria.

Quanto à existência de políticas públicas para a redução das desigualdades na Lunda Sul, houve um equilíbrio entre os inquiridos 50% alegam sim existir um esforço da parte do governo local em reduzir a desigualdade social e outros 50% discordam totalmente.

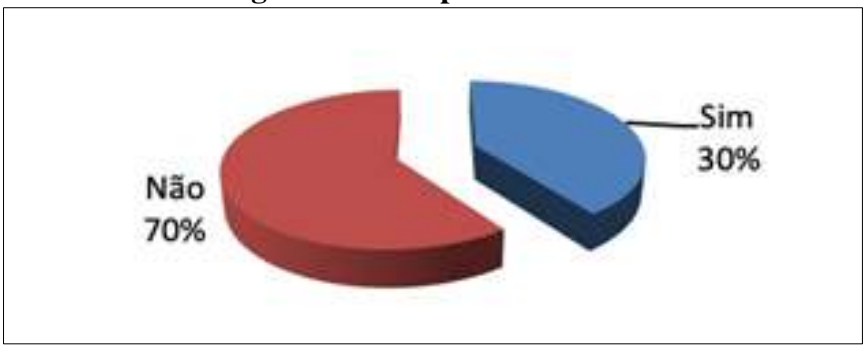
Quanto à questão da existência de programas de combate ao trabalho de menores e integração de jovens ao primeiro emprego: 60% dos inquiridos alegam existir, mais 40% defendem que não.

Gráfico 16 - Programas de combate ao trabalho de menores e integração dos jovens ao primeiro emprego



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 17 - Igualdade de oportunidade na Lunda Sul



Fonte: Elaboração própria.

A questão sobre a igualdade de oportunidade na Lunda-Sul: 70% dos inquiridos afirmam não existir igualdade de oportunidade para todos, ainda afirmam não existir igualdade de oportunidade mesmo nos concursos públicos que se realizam em toda extensão da Lunda-Sul.

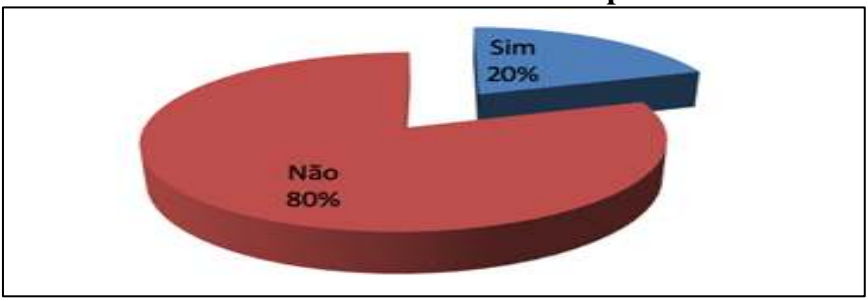
No primeiro inquérito feito, 100% dos inquiridos afirmaram ter conhecimento do PAC, na segunda rodada mantiveram o seu ponto de vista 100% dos especialistas afirmarem saberem do PAC.

Gráfico 18 - Conhecimento sobre o PAC



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 19 - Existência do PAC no município de residência



Fonte: Elaboração própria.

A questão: "se os inquiridos sabem ou já ouviram falar de algum projeto do PAC no seu município de residência 80% alegaram não saberem nem ouviram falar do mesmo. Cerca de 70% dos inquiridos defendem não ser inclusivo o PAC, pelas suas

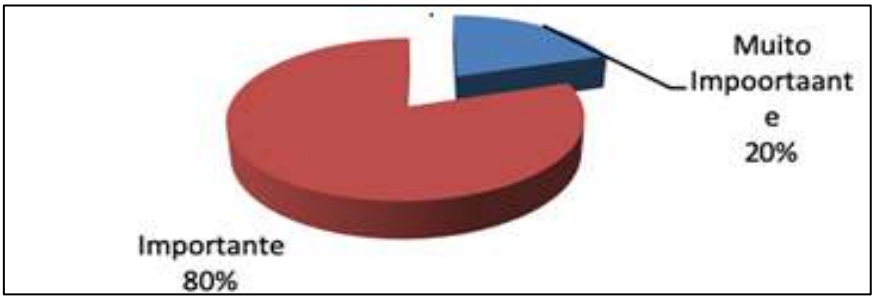
características e segmentação enquanto que 30% defendem ser inclusivo.

Gráfico 20 - Sobre Inclusão do PAC



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 21 - A importância do PAC para o desenvolvimento sustentável da Lunda-Sul



Fonte: Elaboração própria.

Há unanimidade na resposta dos especialistas quanto a importância do PAC para desenvolvimento sustentável da Lunda-Sul: 80% dos inquiridos acreditam ser importante o PAC para DS da Lunda-Sul e 20% acreditam ser muito importante. Ao analisarmos os dados estatísticos do INE, IDR e IDREA 2018/2019 e o programa

de governação vigente Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), aprovado pelo Decreto Presidencial nº 140/18, de 6 de junho podemos dizer que este programa não tem sido eficaz para a província da Lunda-Sul porque verifica-se um acentuado número de desigualdade.

A diferença existente nos quintis, ou seja, entre os 20% que representa a população pobre e os 20% que representa a população rica é de 64%. Consideramos ser uma diferença abismal porque o PIDLCP nas alíneas i e j prevê:

> i) Promover o acesso dos cidadãos, particularmente os mais vulneráveis, à propriedade e aos fatores de produção (terra, capital, equipamentos e conhecimento), proporcionar equidade de oportunidades e melhorar a função redistributiva das despesas de apoio ao desenvolvimento;
>
> j) Promover o acesso dos cidadãos com necessidades especiais a serviços especializados, assegurando a disponibilidade de ajudas técnicas e meios auxiliares ao seu quotidiano e mobilidade, bem como ao processo de aprendizagem a vários níveis de educação e ensino, incluindo o técnico-profissional; podemos assim concluir que o programa de governação vigente tem sido pouco ou nada proveitoso.

Em alinhamento ao relatório do índice de pobreza multidimensional do município (IPM-M) a média da população nos municípios do Muconda, Dala e Cacolo a incidência de pobreza é de 95%. Verifica-se um nível alto de pobreza multidimensional o relatório ainda mostra que 9 de cada 10 pessoas destes municípios são pobres enquanto o PIDLCP nas alinhas a e b prevê:

a) Reduzir os níveis de pobreza extrema a nível rural e urbano, e elevar o padrão de vida dos cidadãos em situação de pobreza extrema através de transferências sociais (em dinheiro ou espécie);

b) Assegurar até 2022 o aumento do rendimento médio mensal por pessoa;

E este índice de desigualdade social agrava-se cada vez mais com a recensão económica que o país enfrenta e causa graves impactos no desenvolvimento sustentável. As famílias perdem o poder de compra, aumenta-se os casos de morte infantil e cria-se um descontentamento generalizado e um profundo mal-estar social.

O Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM) é um dos programas de consenso comum, que muitos especialistas acreditam que com uma fiscalização adequada poderemos ultrapassar os défices infraestruturas que a província carece. Para além das infraestruturas a província carece de mais investimentos no sector social e económico sem descurar a proteção do meio ambiente. Podemos afirmar que o Projeto de Apoio ao Crédito (PAC) não é inclusivo dado as suas características ou mesmo o seu público-alvo. Trata-se de pessoas ricas, pessoas com projetos operacionais para Lunda-Sul. Logo, este projeto não beneficia a maioria da população, pelo número acentuado de desemprego na província, precisa-se estruturar projetos de apoio ao crédito a pessoas que não têm empreendimento algum, ao mesmo tempo criar políticas de formação aos benificiários.

Análise SWOT

A análise *SWOT* é uma ferramenta de gestão estratégica que visa efetuar um diagnóstico com a identificação de principais forças,

fraquezas, oportunidades e ameaças, possibilitando conhecer o posionamento estratégico de uma organização, instituição ou lugar. Deste modo destacamos para a província da Lunda Sul os seguintes elementos enquadrados em cada uma das dimensões da ferramenta estratégicas.

Quadro 4 - Análise SWOT da Província da Lunda Sul

N	Pontos fortes	N	Debilidades
1	Novo polo industrial diamantífero da L. Sul	1	Taxas elevadas de desemprego
2	Novo projeto diamantífero Luaxe.	2	Menos Igualdade de oportunidade
3	Solo arável para o fomento da agricultura (industrial e familiar)	3	Menos Inclusão social
4	População maioritariamente jovem	4	Concentração de serviços no município sede.
5	Rico em recursos hídricos	5	Dependência ao sector diamantífero
		6	Falta de investimentos na energia.
		7	Falta de infraestruturas
		8	Falta de polo Universitário
		9	Falta Investimentos privado
	Oportunidade		Ameaças
1	Diversificação da economia, criando políticas viáveis para atração de investimento privado.	1	Desaceleração econômica motivada pela Covid19
2	Programa de alivio econômico do executivo Angolano	2	Aumento da exploração artesanal do diamante, (garimpo).
3	Aposta do executivo no fomento do investimento privado a pequenas e medias empresas (PME´s)	3	Dependência total do empresariado local ao investimento Público.
4	Investimento em energia limpa e sustentável	4	Êxodo rural e concentração da população no município sede.

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO 4

Propostas de Fomento do Investimento Privado e Inclusão Social

PROPOSTAS DE FOMENTO DO INVESTIMENTO PRIVADO E INCLUSÃO SOCIAL

Um dos aspectos centrais para se assegurar a eficiência das políticas é ter um sistema de monitorização funcional para saber o que se passa e se poder avaliar*, Mackay* (2010), não existe uma única solução, mas depende do compromisso dos governos de disponibilizarem os dados e do investimento que estão decididos a realizar.

Do mesmo modo, a decisão sobre que tipo de informação deve ser recolhida, que matriz, se um único índice ou o que cada sector desenvolve ou se estão relacionados com o esforço que cada país tenciona efetuar, e com o grau de maturidade e complexidade acumulado pela sua experiência.

A instrumentalização jurídica deve ser acompanhada com rigor de forma a dar maior relevo ao acompanhamento e avaliação. Em alinhamento a Constituição (Artigo 90) a concretização do objetivo de justiça social para que se concretize, é necessário alargar o ciclo do planeamento das políticas e consagrar a monitoria e a avaliação como um resultado. Em alinhamento a Constituição no artigo referenciado acima, o Estado promove o desenvolvimento social com:

> A adopção de critérios de redistribuição da riqueza que privilegiem os cidadãos e em particular os extratos sociais mais vulneráveis e carenciados da sociedade;
>
> A promoção da justiça social, enquanto incumbência do Estado, através de uma política fiscal que assegure a justiça, a equidade e a solidariedade em todos os domínios da vida nacional;

> O fomento, apoio e regulação da intervenção do sector privado na realização dos direitos sociais;
>
> A remoção dos obstáculos de natureza económica, social e cultural que impeçam a real igualdade de oportunidade entre os cidadãos;
>
> A fruição por todos os cidadãos dos benefícios resultantes do esforço coletivo do desenvolvimento, nomeadamente na melhoria quantitativa e qualitativa do seu nível de vida.
>
> O combate às desigualdades sociais está diretamente ligado à identificação de quais são os limites toleráveis das desigualdades. Mas esses limites são sempre flexíveis e variam de acordo com o quão inclusivo uma sociedade parece ou espera ser. Aqui, as percepções sociais sobre quem tem o direito de se beneficiar dos recursos da sociedade e também sobre quem define as fronteiras políticas e simbólicas são cruciais.

A participação de todos os indivíduos em atividades sociais, culturais e de lazer assume um papel crucial no âmbito da coesão social, como realça *Wixey et al*. (2005), e contribui para a melhoria da saúde, emprego, educação, bem como a redução da criminalidade, proporcionando uma melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Apesar de a escolaridade continuar sendo apresentada muitas vezes como solução mágica para a ampliação das oportunidades e a criação de uma sociedade mais igualitária, reificando a noção de um mercado de trabalho com oportunidades iguais, cujo determinante é sem dúvida o valor meritocrático. Infelizmente, essa é uma condição difícil de ser alcançada num contexto de extrema desigualdade.

Como estratégias de combate às desigualdades sociais é imprescindível a articulação entre políticas universais e políticas

locais. Embora essas políticas tenham carácter distinto e se apliquem a diversas situações, não são praticamente excludentes nem necessariamente conflitantes.

Podemos entendê-las como estratégias complementares. Devemos reconhecer e compreender que as políticas universais têm limites por seu custo, ao passo que as políticas locais têm limites por seu alcance. Se olharmos para esse pensamento, a busca de alternativas de redução da desigualdade social passamos por duas vias simultaneamente. Uma delas é a formulação de novos modelos de desenvolvimento.

A outra é a definição e implementação de políticas públicas e sociais que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais, que possam ampliar as oportunidades para um maior número de indivíduos. Políticas distributivas são indispensáveis para melhorar as condições de vida e de bem‑estar da população vulnerável. Mesmo pequenas mudanças na distribuição de renda têm impacto significativo na redução da pobreza relativa ou absoluta.

Considerando que o desenvolvimento da Lunda-Sul depende de múltiplos fatores considerando que o aumento da desigualdade pode ter um impacto negativo sobre o crescimento; considerando que o relatório do INE IDR e IDREA 2018/2019 identificou uma diferença substancialmente entre a percentagem de rendimento dos 20% mais ricos e a percentagem de rendimento dos 20% mais ricos e 20% da população com o rendimento mais baixo na Lunda-Sul.

Considerando que a desigualdade é um fenómeno multifacetado, que não se resume a questões monetárias, mas que tem também a ver com as diferenças ao nível das oportunidades que se abrem às pessoas em função do género, da origem étnica, da deficiência, das preferências sexuais, da localização geográfica ou da idade, por exemplo.

Quadro 5 - Propostas de fomento ao investimento privado e inclusão social

1. Medidas destinadas a estimular a criação de emprego digno e de qualidade

Manifestamos a nossa preocupação com a evolução da desigualdade na Lunda-Sul após a crise, que se explica em grande medida pelo aumento do desemprego; considera que o desemprego gera desigualdades e que as políticas com vista à criação de emprego digno e de qualidade centradas nas principais bolsas de desemprego, podem contribuir para aumentar os rendimentos dos agregados familiares do quintil inferior;

O Fomento de pequenas e médias empresas é uma solução para se criar novos postos de emprego, criarmos novos empresários e reduzir a taxa elevada de desemprego que a província ostenta de 43%, segundo a publicação do censo 2014.

Sublinha ainda o facto de os elevados níveis de desemprego exercerem uma pressão em baixa sobre os salários e, em alguns casos, poderem prejudicar também as condições sociais e de trabalho; salienta que a luta contra o desemprego, por si só, é uma condição necessária, mas não suficiente para reduzir as desigualdades;

Salienta a importância de um melhor acompanhamento dos jovens que concluem os seus ciclos de formação da Garantia para a Juventude e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens, tendo em vista uma integração duradoura e eficaz destes jovens no mercado de trabalho; insta ao executivo local estudar a possibilidade de conferir maior flexibilidade à iniciativa do emprego dos jovens, criando políticas para juventude, integrando, para tal, regimes de proteção dos jovens na transição do sistema de ensino geral ou do ensino superior para o mercado de trabalho, por forma a compensar a exclusão dos jovens dos regimes contributivos de proteção social na Lunda-Sul.

2. Combater a pobreza e a exclusão social

Consideramos que o direito à igualdade de oportunidades deve ser garantido na Lunda-Sul; manifestamos preocupação com o facto de a atual desigualdade de resultados que afeta todas as pessoas que vivem na Lunda-Sul, mas em particular as crianças e os jovens. Isto, muitas vezes, é agravado pela configuração não igualitária dos sistemas de ensino e tem consequências nefastas para o bem-estar e o desenvolvimento dos jovens enquanto pessoas, o que contribui, assim, para uma baixa autoestima ou uma reduzida percepção de inclusão na sociedade dos jovens na Lunda-Sul, especialmente os que não têm

acesso a recursos nem a oportunidades; Salientamos ainda que a educação desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades e exortamos nesse sentido, ao executivo local a intensificar os seus esforços e a investir de forma adequada para assegurar a igualdade de oportunidades; reiteramos a importância do acesso universal à educação a crianças vulneráveis e combate ao trabalho infantil.
3. O alcance do equilíbrio entre os géneros Salientamos que uma maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho, através da melhoria do apoio ao empreendedorismo das mulheres, bem como da redução das disparidades entre as habilitações académicas e a posição que as mulheres ocupam no mercado de trabalho e da garantia de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em termos de remuneração, progressão na carreira e oportunidades de trabalho a tempo inteiro, é fundamental para a obtenção de um crescimento económico inclusivo e a longo prazo, a eliminação das disparidades entre homens e mulheres nas pensões de reforma, o combate às desigualdades e a promoção da independência financeira das mulheres; Insta ao executivo local apresentar iniciativas, se necessário, para eliminar qualquer tipo de disparidade salarial entre homens e mulheres, fixando sanções para os centros de emprego que violem o direito à igualdade, ao estabelecerem salários diferentes para categorias profissionais idênticas, consoante as mesmas sejam ocupadas sobretudo por homens ou mulheres.
4. Criação de um Banco alimentar contra fome em Sáurio O Banco Alimentar Contra a Fome tem como missão "aproveitar onde sobra para distribuir onde falta", lutando contra o desperdício, conjugando boas vontades e mobilizando pessoas, empresas e entidades diversas. Apela à solidariedade de todos as pessoas, mostrando que basta uma pequena contribuição de cada pessoa para, em conjunto, ser possível ajudar muitas pessoas necessitadas e contribuir para o bem comum. Os produtos alimentares constituem um bem de consumo particular, na medida em que deles depende a sobrevivência. O Banco Alimentar Contra a Fome, distribui os géneros alimentares recorrendo a Instituições de Solidariedade Social por si certificadas como estando em condições de avaliarem *in loco* a real situação de carência alimentar das pessoas objeto da sua assistência e de lhes darem o destino adequado. Deste modo, para além de combaterem de forma eficaz as carências alimentares, o Banco Alimentar Contra a Fome, luta contra a prática do desperdício que caracteriza as sociedades atuais.

Fonte: Elaboração própria.

Considerando que as múltiplas desigualdades no trabalho e no acesso ao mesmo criam um risco para a saúde e o bem-estar das pessoas e para as respectivas oportunidades financeiras, pelo que podem resultar numa produtividade baixa, e de acordo a avaliação dos especialistas ao desenvolvimento sustentável da Lunda-Sul, cruzarmos os dados e podemos assim dizer que existe um acentuado nível de desigualdade social que incide ao desenvolvimento sustentável da Lunda-Sul. Por isso, em alinhamento aos resultados propostos no quadro acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados do Relatório do Desenvolvimento Humano, evidenciou que o IDH de Angola é de 0,574, o que coloca o país na categoria de países de desenvolvimento humano médio, pois encontra-se na 149ª posição dos 189 países e territórios considerados no relatório.

Porém, apesar da tendência de queda na concentração de rendimentos, esta ainda é bem acentuada em Angola e possui discrepâncias bastante significativas entre as províncias e o nível de desigualdade social é bastante elevado.

Ao cruzarmos os dados dos relatórios do Censo 2014 e INE, IDR e IDREA 2018/2019 e os dados do estudo empírico evidencia acentuado número de desemprego e exclusão social na província da Lunda-Sul, como mostra a tabela 3.3, uma diferença enorme entre as 20% da população mais pobre e 20% da população mais rica.

Em alinhamento aos resultados há acentuado número de desemprego, menos inclusão social na Lunda-Sul, logo é fundamental a construção deste princípio para o desenvolvimento. Outro princípio que se deve aprimorar é a igualdade de oportunidade.

O desenvolvimento vai muito além do crescimento económico, muito além do alcance da infraestrutura económica desejada. É inerente ao alcance do desenvolvimento uma melhoria na qualidade de vida da sociedade, com maior equidade na distribuição de renda além de outros fatores como a disposição de recursos naturais não só em quantidade, mas principalmente em qualidade. É imperioso adaptar políticas sociais específicas e pontuais para que o desenvolvimento possa ser acelerado e que não desvie de sua trajetória até então ascendente.

SUGESTÕES

Em alinhamento ao estudo efetuado, sugerimos o seguinte:

1) Elaboração de um plano diretor sobre o desenvolvimento sustentável para a província da Lunda-Sul.
2) Criar campanhas de conscientização sobre desperdício alimentar, construção de hortas comunitárias.
3) Apoio e divulgação do financiamento coletivo de projetos inovadores, doação de computadores e outras tecnologias a projetos sociais.
4) Criar palestras e oficinas sobre educação financeira, aulas sobre conceitos básicos de empreendedorismo, feiras com artesãos e pequenos produtores, promoção de cursos que gerem possíveis fontes de renda e estimula a criatividade dos jovens e a inserção no mercado de trabalho.
5) Apoio a projetos de educação inclusiva, orientação profissional a jovens de baixa renda.
6) Criar campanha para a redução do consumo de plástico.
7) Promover assessoria jurídica gratuita a organizações sociais e pessoas de baixa renda.
8) Promoção de esportes a crianças e jovens de baixa renda.
9) Promover palestras e atividades sobre ética no cotidiano.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.

ANGOLA. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e de habitação de Angola 2014**. Luanda: INE, 2016.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Constituinte, 2010.

ANGOLA. **Decreto n. 84, de 04 de julho de 1978**. Luanda: Assembleia Constituinte, 1978.

ANGOLA. **Decreto n. 137, de 17 de junho de 2016**. Luanda: Assembleia Constituinte, 2016.

ANGOLA. **Decreto n. 140, de 06 de junho de 2018**. Luanda: Assembleia Constituinte, 2018.

ANGOLA. **Despacho Presidencial n. 62, de 24 de abril de 2020**. Luanda: Assembleia Constituinte, 2020.

ANGOLA. **Lei n. 1, de 14 de janeiro de 2011**. Luanda: Assembleia Constituinte, 2011.

ANGOLA. **Lei n. 10, de 22 de abril de 2021**. Luanda: Assembleia Constituinte, 2021.

ANGOLA. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022**. Luanda: Assembleia Constituinte, 2018.

ARROW, K. J. "Política ótima de capital com investimento irreversível". *In*: WOLF, J. (ed.). **Valor, capital e crescimento**: ensaios em homenagem a sir John Hicks. Edimburgo: Editora da Universidade de Edimburgo, 1968

COSTA, T. F. **A (des.) igualdade de armas nas providências cautelares sem audiência do requerido**. Lisboa: Editora Almedina, 2012.

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. "Evolução do (s) Conceito (s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico". **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, 2017.

GINI, C. **Variabilità emutabilità**. Bologna: Tipografia di Paolo Cuppini, 1912.

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito de despesas e receitas 2018/2019**. Luanda: INE, 2019.

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito de despesas, receitas e emprego 2018/1019**. Luanda: INE, 2019.

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Pobreza multidimensional nos municípios de Angola**. Luanda: INE, 2020.

MILANOVIC, B. "Global income inequality by the numbers: in history and now-an overview". **Policy Research Working Paper**, n. 6259, 2012.

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; CUNHA, J. A. C. "Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias". **Revista de Administração**, vol. 6, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, G. B. “Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento”. **Revista da FAE**, vol. 5, n. 2, 2002.

ONU – Organização das Nações Unidas. “Programa piloto de transferências sociais monetárias visa não deixar nine empara trás”. **ONU** [2015]. Disponível em: <www.onuangola.org>. Acesso em: 23/12/2022.

PALUDO, A. V.; PROCOPIUCK, M. **Planejamento Governamental**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de desenvolvimento humano de Angola**. Luanda: PNUD, 2019**.**

RAMA, M. “Empirical investment equations for developing countries”. *In*: SERVÉN, L.; SOLIMANO, A. (eds.). **Striving for growth after adjustment**. Washington: The World Bank, 1993.

RODRIGUES, T. F. **Cidadania, desigualdade social e política sanitária no Brasil**. São Paulo: Editora Appris, 2016.

RONCI, M. V. “Uma nota sobre a especificação da função de investimento agregado para países em desenvolvimento”. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 42, n. 2, 1988.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

SERVÉN, L. E.; SOLIMA, A. **Investimento privado e ajuste macroeconômico**. Washington: The World Bank, 1993.

SILVA, M. D. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

STIGLITZ, J. **El precio de la desigualdad**. Madrid: Taurus, 2013.

WEBER, M.; TRAGTENBERG, M. **Ensaios de sociologia e outros escritos**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Frederico Meco Milonga Rafael é professor universitário e pesquisador do Instituto Politécnico da Lunda-Sul da Universidade Lusíada de Angola (ULA) e da Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN). Licenciado em Administração e Gestão e mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN), Angola. Doutorando em Território, Risco e Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro (UA), Portugal. *E-mail para contacto*: fredinho.rafael985@gmail.com

Carlos Pedro Cláver Yoba é doutor em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas e mestre em Educação pelo Instituto Superior Pedagógico José Varona de Havana, Cuba. Licenciado em Psicologia e especialista em Gestão de Instituições de Ensino Superior pelas Universidade Aberta de Portugal (UAb) e Universidade Católica de Angola (UCAN). Professor universitário, pró-reitor da Universidade Lueji A'Nkonde e reitor da Universidade Lueji A'Nkonde. *E-mail para contacto*: caryoba@yahoo.com

Manuel Fidel Sonhi Manassa é licenciado em Engenharia de Minas e bacharel em Tecnologias de Informações e Programação. Mestre em Engenharia de Minas pela Arkhangelsk State Technical University (AGTU), Rússia. Doutor em Engenharia de Minas pela Universidade de MOA, Cuba. Pós-graduado em Políticas Públicas e Governação Local, bem como em Desenvolvimento Sustentável na Mineração. Professor da Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN). *E-mail para contacto*: fidelmanassa@hotmail.com .

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2023

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2023